

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS EDUARDO RIBEIRO DE MACEDO

A REEDIÇÃO DA DOUTRINA MONROE NA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA:

um estudo dos documentos estratégicos indianos publicados em 2007 e 2015.

Rio de Janeiro

2016

CARLOS EDUARDO RIBEIRO DE MACEDO

A REEDIÇÃO DA DOCTRINA MONROE NA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA:

um estudo dos documentos estratégicos indianos publicados em 2007 e 2015.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.
Orientador: CF Carlos Uendel Vituriano

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

AGRADECIMENTOS

Às amadas mulheres de minha casa, Anita, Olivia e Estela, pelos irrestrito suporte e constante incentivo e, mais importante, por suas inspiradoras presenças em minha vida.

Ao meu querido pai, José Macedo, por ter sido o primeiro a, ansioso e orgulhoso, revisar este trabalho.

Ao meu orientador, Capitão-de-Fragata Carlos Uendel Vituriano, pelos seguros ensinamentos e palavras de incentivo.

Ao instrutor de metodologia, Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pela destacada dedicação em sala de aula, e fora dela.

Ao colega e amigo, Capitão-de-Corveta Willy de Souza Dellê Vianna, pela valiosa contribuição como revisor final.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar a estratégia naval da Índia em resposta ao robustecimento geopolítico do Oceano Índico e à presença de atores externos na área marítima que o estado considera sua zona de influência. A relevância do estudo reside, justamente, no peso dos atores envolvidos, entre os quais a China e os Estados Unidos da América, cujo principal interesse naquele oceano resume-se em sua dependência energética e na necessidade de garantia de suas linhas de comunicação. Para alcançar o propósito, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, apoiada por metodologia descritiva e analítica, para o entendimento dos cenários político indiano e geopolítico da região sulasiática, da evolução material da Marinha da Índia e de sua doutrina, e dos desdobramentos de tal evolução. A pesquisa focou-se na última década, quando a Índia finalmente materializou sua estratégia em documentos escritos. Em termos de recursos teóricos, o trabalho apoiou-se na teoria de que a estratégia naval indiana basear-se-ia numa espécie de reedição da Doutrina Monroe, cara ao pensamento político indiano desde o Primeiro-Ministro Nehru. O estudo da teoria permitiu antecipar que a estratégia indiana estaria, provavelmente, determinada a estabelecer um “poder de polícia” no Oceano Índico. O confronto da teoria com os documentos estratégicos confirmou as esperadas características constabulares, dentre as quais se destacam o alargamento da área de interesse da marinha, com a pretensão de controle de todos os estreitos que acessam aquele oceano, e o incremento material da Marinha da Índia com meios “indianizados” e voltados à capacidade de intervenção. Por fim, concluiu-se que a estratégia naval indiana credencia o estado a rivalizar com a China pelo controle do Índico. Hoje, porém, outra grande preocupação é o potencial de novas ameaças afetarem suas linhas de comunicação bem como projetarem ações em terra, como assim ocorrera em Mumbai, 2008.

Palavras-chave: Estratégia naval. Geopolítica do Índico. Doutrina Monroe. Intervenção. *Look East*. Pontos focais. Índia. China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Colar de Pérolas” chinês no Índico	56
Figura 2 – Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Índia	56
Figura 3 – Pontos focais no Oceano Índico em 2007	57
Figura 4 – Pontos focais no Oceano Índico em 2015	57
Figura 5 – Áreas primárias e secundárias de interesse para a Marinha da Índia em 2015	58
Gráfico 1 – Diáspora Indiana	58
Gráfico 2 – Dependência energética da Índia	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2AD –	<i>Anti access and area denial</i>
BJP –	<i>Bharatiya Janata Party</i>
DBM –	Doutrina Básica da Marinha
EUA –	Estados Unidos da América
ICG –	<i>Indian Coast Guard</i>
IMMS-2007 –	<i>India's Maritime Military Strategy</i>
IMSS-2015 –	<i>Indian Maritime Security Strategy</i>
IN –	Marinha da Índia (<i>Indian Navy</i>)
LCM –	Linha de comunicação marítima
NAe –	Navio aeródromo
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PLAN –	Marinha da República Popular da China
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USN –	Marinha dos Estados Unidos da América
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	DESENVOLVIMENTO DE UMA VERSÃO INDIANA DA DOCTRINA MONROE COMO IMPULSIONADORA DO PENSAMENTO NAVAL NA ÍNDIA	10
2.1	Correntes de pensamento indianas nas relações internacionais	11
2.1.1	<i>O Pensamento Neruhviano</i>	12
2.1.2	<i>“Neruhvianismo Combativo” e o Hindutva – uma guinada para o Realismo</i>	14
2.1.3	<i>Do ativismo nuclear do BJP à influência neoliberal</i>	15
2.1.4	<i>Síntese do pensamento indiano e modelos geopolíticos possíveis</i>	16
2.2	Comparação entre as doutrinas Monroe estadunidense e indiana	18
2.2.1	<i>A Doutrina Monroe de 1823 e sua extrapolação de sentido até Roosevelt</i>	18
2.2.2	<i>O corolário indiano</i>	20
2.3	A Doutrina Monroe Indiana como base para uma estratégia naval	21
3	INDIAN MARITIME SECURITY STRATEGY – INTENÇÕES ESPERADAS	25
3.1	Desenho mais provável da Indian Navy em 2022	26
3.1.1	<i>A escolha pelo modelo Constable</i>	27
3.1.2	<i>Estrutura de força que o modelo enseja</i>	28
3.2	O interesse de outros atores no Oceano Índico: ameaça ou oportunidade?	30
3.2.1	<i>Estados Unidos da América</i>	30
3.2.2	<i>China</i>	31
3.2.3	<i>Os dois círculos interiores de Raja Mohan</i>	33
3.3	Conclusão Parcial	35
4	INDIAN MARITIME SECURITY STRATEGY – INTENÇÕES REVELADAS	37
4.1	India’s Maritime-Military Strategy - 2007	37
4.1.1	<i>Abrangência Geográfica</i>	38
4.1.2	<i>Relação com outros atores</i>	39
4.1.3	<i>Missões e Capacidades</i>	41
4.2	Indian Maritime Doctrine - 2009	43
4.3	Indian Maritime Security Strategy - 2015	45
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	52
	ILUSTRAÇÕES	56

1 INTRODUÇÃO

O controle do Oceano Índico e de seus acessos foi objeto de intensa cobiça no início da era moderna. O oceano que compõe cerca de 20% das águas oceânicas mundiais atraiu as nascentes potências europeias, inspirando o fenômeno das Grandes Navegações, e afastando, gradativamente, a primazia que outrora havia sido, alternadamente, indiana, chinesa e árabe.

A descoberta da América e a ascensão econômica europeia promoveram o protagonismo econômico e geopolítico do Oceano Atlântico. O Índico só voltou a recuperar sua importância a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-45), com o relativo declínio europeu no cenário mundial. Seu entorno foi cenário destacado da Guerra Fria (1947-89) e, desde então, a presença da Marinha dos Estados Unidos da América – EUA (*US Navy* – USN) no Índico foi constante e é uma realidade até os dias atuais.

Paralelamente, a recente e expedita ascensão da China no cenário internacional, associada a sua destacada carência de hidrocarbonetos, torna bastante provável a busca daquele estado por algum controle das águas do Índico. De fato, o grande esforço chinês para o domínio do Mar do Sul da China, aliado à preparação de sua Marinha¹ para atuação em águas azuis, são interpretados como reflexos de seu anseio em transpor o Estreito de Málaca e proteger suas linhas de comunicação marítimas (LCM) por meio de maior presença no Oceano Índico. As parcerias estratégicas com Paquistão, Sri Lanka e Mianmar (FIG. 1), formam parte do que alguns autores, como Kaplan (2013), denominam “Colar de Pérolas”, e mostram o esforço chinês em garantir portos (ou bases) que sustentem seu anseio por maior presença naquele oceano.

Ante o reflorescimento do Oceano Índico, a Índia, pivô geopolítico² da região, voltou-se, durante boa parte do século XX, de costas para o oceano, envolvendo-se em conflitos terrestres

¹ Daqui em diante, Marinha da China será representada pela sigla de *People's Liberation Army Navy*, PLAN.

² O conceito de Brzezinski (1997), considerando a península indiana projetar-se nas principais LCM do Índico, é especialmente pertinente à Índia. Mahan (1840-1914), citado por Kaplan (2013), postula que a Índia, localizada no centro do Índico, é a chave para se penetrar na China e no Oriente Médio a partir do mar.

locais, por conta de sua complicada descolonização. O processo de colonização britânica, a partir do mar, mesmo tendo sido suficiente para destronar o organizado Império Mugal³ (1526-1858), não bastou para reverter a tradição continentalista na Índia, conferindo-se à Marinha, portanto, papel apenas coadjuvante na panóplia indiana de meios militares.

É a partir da década de 1990, quando se observam taxas de crescimento mais consistentes, que a Índia passou a demonstrar disposição em desenvolver uma marinha de águas azuis com vistas a consolidar sua preponderância geoestratégica na região sulasiática.

Se a ação chinesa, ou a indiana, é uma reação ao crescimento do tradicional rival, ou mera movimentação no sentido de garantir suas LCM contra ameaças genéricas, é algo que carece de investigação⁴. O certo é que autores como Tim Marshall (2015) trazem a previsão de que novos embates entre Índia e China dar-se-ão no mar e não mais ao longo da montanhosa fronteira terrestre⁵, como no episódio da guerra de 1962. Marshall acrescenta que, para a Índia estar pronta para esse embate com a China, conflitos terrestres com estados menores devem ser considerados de menor interesse.

De posse dessa afirmação, assumir-se-á que a rápida evolução da marinha chinesa e a ameaça de sua maior presença no Índico influenciam a estratégia naval indiana para o início deste século. Será assumido, também, que a elite intelectual indiana postula válida uma espécie de reedição da Doutrina Monroe para o Oceano Índico ou, pelo menos, para a região que outrora fora a base do *Raj Empire*⁶. Tais hipóteses ensejam a seguinte questão de pesquisa: como a Estratégia Naval da Índia tem respondido aos sinais de incremento da presença estrangeira no

³ O Império Mugal (Mongol, em árabe e em persa) foi pioneiro na unificação política do subcontinente indiano. A partir da Pérsia, muçulmanos de ascendência mongol atravessaram as montanhas do Hindu Kush e irradiaram-se para a península indiana (KAPLAN, 2011). O império resistiu aos europeus, isolando os portugueses em Goa.

⁴ As Estratégias indianas não apontam a China como ameaça literal. Ao mesmo tempo, Kaplan (2011) ratifica essa incerteza: “o analista deve ter cuidado em julgar as intenções chinesas para a região. O verdadeiro plano chinês para o Índico ainda não é claro, sendo assunto que carece de debate” (KAPLAN, 2011, p. 11, tradução nossa).

⁵ Kaplan (2013), ao afirmar “que as esferas de interesse navais, de China e Índia, no Índico, sobrepõem-se e podem agravar as questões de fronteira no Himalaia” (p. 250, tradução nossa), não nega a possibilidade de uma nova guerra na fronteira, mas enxerga que esta seria resultado de um embate marítimo, ratificando Marshall.

⁶ Ou *British Raj*, a expressão refere-se ao período em que o subcontinente indiano (incluindo as atuais áreas do Paquistão, Bangladesh e Mianmar) estiveram sob domínio direto da Coroa Britânica, entre 1858 e 1947.

Oceano Índico, considerando que essa presença tem grande potencial de vir a afrontar os preceitos indianos de Doutrina Monroe?

Assim, esta dissertação propõe-se a analisar a evolução da estratégia indiana, particularmente na última década, por meio de pesquisa bibliográfica, para suporte à construção de uma versão indiana da Doutrina Monroe; e pesquisa documental, segundo a qual a estratégia naval indiana será estudada para se buscar elementos característicos de tal doutrina. Para atingir esse objetivo, serão empregadas as metodologias descritiva e analítica, desenvolvendo-se a pesquisa nos capítulos 2, 3 e 4.

No primeiro deles, analisar-se-á a pertinência do uso da “Doutrina Monroe Indiana” como impelidora de um pensamento naval em um estado tradicionalmente continentalista. Para tanto, apresentará síntese do pensamento geopolítico indiano, verificando como foi possível ter tal doutrina surgido em meio às elites políticas; comparará o modelo indiano à doutrina original dos EUA; e, à luz dessa comparação, proporá níveis de intensidade para sua aplicação.

Em seguida, o terceiro capítulo definirá qual dos níveis propostos é o mais provável guia dos documentos indianos de estratégia naval, a *India's Maritime Militar Strategy* (IMMS-2007) e a *Indian Maritime Security Strategy* (IMSS-2015). Verificar-se-ão, ainda, as decorrências que o nível escolhido implica para a composição da força naval, considerando também o impacto que a escolha de tal nível gera nos atores externos com interesse na região.

O último capítulo de desenvolvimento irá confrontar o modelo teórico, e as decorrências dele esperadas, com os documentos mencionados acima, de forma a verificar se a Doutrina Monroe é realmente uma inspiração para a estratégia naval indiana; se esta está em consonância com a posição de destaque almejada pela Índia no concerto dos estados; e, finalmente, se credencia o estado a uma posição de eventual confronto com a PLAN.

Em seguida, o trabalho será concluído em um capítulo próprio. Por ora, inicia-se, a seguir, o estudo de como a Doutrina Monroe reverteu o mapa mental da Índia.

2 DESENVOLVIMENTO DE UMA VERSÃO INDIANA DA DOCTRINA MONROE COMO IMPULSIONADORA DO PENSAMENTO NAVAL NA ÍNDIA

A introdução mostrou que a vertente continentalista era a tônica do pensamento geopolítico e da estratégia na Índia. O mar como parte dessa estratégia era negligenciado ou, quando muito, relegado a um papel acessório. Em reconhecimento à ameaça paquistanesa, a estratégia focou numa marinha apenas litorânea em apoio a ações terrestres (SCOTT, 2008).

De fato, o século XX, mesmo durante as Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45), foi marcado por um ambiente marítimo relativamente calmo nas cercanias indianas, sem oponentes navais de relevância. China e Paquistão, adversários terrestres, encontravam-se também impelidos por uma estratégia continentalista e, até início deste século, eram incapazes de projetar poder contra a Índia, a partir do mar (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009).

Em oposição, a questão terrestre foi sempre muito complicada desde a formação da Índia independente, demandando a necessidade de construir um exército forte no campo externo (fronteiras) e no interno (diversidade etnorreligiosa). Antes da independência, em 1947, o histórico de invasões e de tentativas de invasão do subcontinente por sua fronteira noroeste foram traumáticas por ocorrerem diretamente nos centros de poder da sociedade hinduísta, no Rajastão e em Délhi (MARSHALL, 2015; KAPLAN, 2013). Afora as questões bélicas, contribuíram também, para a formação de um mapa mental eminentemente terrestre, a sensação indiana de magnitude do povo e de sua cultura, aliada à abundância de terrenos cultiváveis, determinantes para a permanência em terra sem se aventurar ao mar (KAPLAN, 2011).

Antes de prosseguir o estudo, vale trazer o conceito de mapa mental, segundo Henrikson (1980), primeiro a dar um enfoque geográfico, com relevância para as políticas externas, a um conceito até então restrito ao domínio da Psicologia. Segue o conceito:

Governantes respondem ao mundo segundo a forma como o imaginam e o percebem – a qual não é necessariamente como o mundo realmente é (HENRIKSON, 1980, p. 497). [...] Mapa mental significa uma estrutura organizada da mente, porém em evolução [...] por meio da qual determinada pessoa adquire, decodifica, armazena, relembra, reorganiza, e aplica, em pensamento ou em ação, informação sobre seu ambiente

geográfico em larga escala, em parte ou em sua totalidade (HENRIKSON, 1980, p. 501, tradução nossa).

Além disso, geopolíticos e estrategistas militares embasam suas ideias em mapas mentais, visando a definir a política externa de determinado estado (HENRIKSON, 1980). Levando tais conceitos à Índia continentalista, percebe-se o enviesamento de sua política externa, concentrada em excesso nas questões terrestres. Resta clara, assim, a necessidade indiana de um dispositivo para alterar esse quadro, abrindo espaço para o surgimento de uma estratégia naval compatível com a ascensão do estado ao papel de *global player*.

Antes que a PLAN se configurasse em um poder naval capaz de atrair atenção da sociedade indiana, autoridades locais, como Nehru (1889-1964) e sua filha, a também Primeira-Ministra, Indira Gandhi (1917-84), invocaram discursos que se agrupam segundo uma reedição da Doutrina Monroe aplicada à Índia e ao Índico. Autores locais anuem à existência de tal doutrina e sua contribuição para a política de segurança, mas a principal construção teórica da aplicação desse dispositivo como base para erigir uma estratégia naval foi de autores dos EUA⁷.

O objetivo deste capítulo, ou seja, caracterizar a Doutrina Monroe Indiana e avaliar sua eficácia na desconstrução da imagem de estado exclusivamente continentalista, será facilitado pela explanação de diferentes visões de mundo por parte da elite indiana; pela comparação dessa doutrina com a Doutrina Monroe original; e pela caracterização da forma como os autores mencionados acima organizam a aplicação da doutrina no cenário marítimo.

2.1 Correntes de pensamento indianas nas relações internacionais

As relações internacionais indianas são influenciadas pelas teorias Realista e Liberalista, como apresentadas por Pecequillo (2012), e, principalmente, por uma terceira linha de pensamento que traz particularidades à forma como as duas anteriores são aplicadas.

⁷ HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009.

Comumente conhecida como *nehruviana*, tal variante deriva-se da primeira política de estado desenvolvida pela Índia independente, a partir de 1947, sob os auspícios de Nehru.

2.1.1 O Pensamento Nehruviano

Pode-se dizer que o *nehruvianismo*, mesmo não sendo mais uma corrente isolada de pensamento, é a tônica da política externa indiana, com reflexos para a estratégia. Ela limita o Realismo com traços de Liberalismo e vice-versa. Assim, deve-se expandir essa corrente, que, de acordo com Holmes, Winner e Yoshihara (2009), fez brotar a Doutrina Monroe Indiana⁸.

Nehru, eminente ativista do processo de independência indiana sob um enfoque marxista, viu-se impossibilitado de seguir esta ideologia por conta, basicamente, da dificuldade de unificação indiana pós-independência e da bipolarização mundial. Durante o período em que exerceu o cargo de Primeiro-Ministro, de 1947 a 64, tais questões acabaram por demandar uma política particular que, no cenário interno, foi marcada pela forte presença do Estado. No âmbito externo, inspiraram a política do não alinhamento, responsável por fazer a Índia recusar parceria irrestrita com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e aproximar-se, por meio da Conferência de Bandung (1955), de estados locais com níveis de desenvolvimento semelhantes mas com distintas orientações ideológicas.

Seu óbito em 1964 não estancou a influência de seus preceitos. A manutenção das condições externas que cercaram a Índia após sua morte (bipolaridade e ameaças paquistanesa e chinesa) levou os governos que o sucederam, destacando-se os de sua filha Indira (1966-77 e 1980-84) e de seu neto Rajiv (1984-89), a prosseguir com o *nehruvianismo* (COHEN, 2001).

Nehru foi, ainda, o responsável pelo lançamento das bases do *soft power*⁹ indiano em relação aos demais estados da região sulasiática e, até mesmo, ante aqueles marcados, de alguma

⁸ Para Cohen (2001), a Doutrina Monroe está ligada à Indira Gandhi e poderia ser chamada Doutrina Indira.

⁹ John Ikenberry (2004) define *soft power* como “habilidade de um estado persuadir outros para uma ação desejada sem uso da força ou coerção” (tradução nossa).

forma, pela Diáspora Indiana (GRAF. 1). Nehru acreditava firmemente no poder de atração da civilização indiana, dominante na região antes do *British Raj*, e que o processo de independência do estado teria reforçado o *ethos* indiano para o *soft power* (COHEN, 2001).

Nehru é hoje criticado pela falta de coerência na política externa, pela postura pouco agressiva ante o Paquistão e pelo fracasso na guerra sino-indiana. Isso não apaga o fato de ter consolidado a Índia como estado unitário e, mais importante, núcleo de poder da região sulasiática. Para este trabalho, sua maior contribuição foi a seguinte declaração:

Mesmo tendo algum tempo transcorrido desde que os Estados Unidos da América [EUA] se estabeleceram como potência, havia o receio de interferência dos poderes europeus no continente americano, o que levou à famosa declaração do Presidente Monroe de que qualquer interferência de um estado europeu seria interpretada como interferência direta ao sistema político dos EUA. Eu postulo [...] que a permanência portuguesa em Goa é uma interferência contínua ao sistema político estabelecido na Índia. Eu devo ir além e afirmar que qualquer outra interferência será interpretada da mesma forma [...] e que decorre de nossa atual fraqueza e incapacidade em preveni-la. O fato é que qualquer tentativa de uma potência estrangeira em interferir, de qualquer forma, na Índia não será tolerada e será, dependendo de nossa força, combatida. Essa é a doutrina que promulgo. (NEHRU, 1961, p. 113-115, tradução nossa).

Apesar de derivada de um evento terrestre e com aplicação inicialmente terrestre, e a despeito da insipiente Marinha Indiana (*Indian Navy* – IN), a declaração pode ser antevista, à luz da experiência estadunidense, como um anseio indiano para que o Índico fosse submetido a algum grau de controle (GAROFANO; DEW, 2013). A comparação com a doutrina original de Monroe será efetuada na próxima seção, mas vale antecipar a questão de que nenhuma potência europeia poderia interferir na América não fosse pela penetração marítima, o que demandou dos EUA a preparação de sua marinha e, num futuro distante, justificou e embasou o surgimento da estratégia *Mahaniana* (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009).

Pode-se resumir que Nehru se caracterizou por uma postura internacional errática, variando entre o não alinhamento isolacionista e a busca por garantir uma zona de influência na região sulasiática; entre sua raiz não belicosa e a necessidade de reestruturar a fragmentação interna. Como destacado, a fraqueza militar inicial do estado indiano não foi obstáculo para a anexação de Goa, em 1961, que, embasada por uma reinterpretação da Doutrina Monroe, obteve

boa aceitação no cenário internacional. Logo em seguida, em 1962, a limitação material militar indiana e o idealismo *neruhviano* foram nefastos para o resultado final da guerra sino-indiana no Himalaia. A derrota foi fundamental para o esgotamento político de Nehru e para o surgimento de uma política externa que, apesar de influenciada pela anterior, adquiriu postura mais realista e combativa (COHEN, 2001). Essa corrente será explorada na subseção seguinte.

2.1.2 “*Nehruvianismo combativo*” e o *Hindutva* – uma guinada para o Realismo

Como visto, a herança de Nehru é um impedimento para que o Realismo indiano se processe efetivamente segundo sua tradicional definição. Além desse aspecto, as filosofias hinduísta e budista consideram imoral a aplicação da força, sobretudo direcionada ao mais fraco, e funcionam também como um freio a um Realismo mais amplo.

Mesmo assim, houve espaço para uma readaptação do *nehruvianismo*, tornando-o mais contundente, ou combativo, a fim de atender a uma demanda da outrora pacífica sociedade indiana, após o fatídico resultado de 1962. Coube à Indira Gandhi tocar adiante essa reversão de paradigma e a corrida armamentista possível à época. Possível porque a ex-URSS era o único fornecedor disponível para material militar, tendo em vista que, no cenário de Guerra Fria, os EUA optaram por armar o Paquistão e se aproximar da China, o que inviabilizava uma aliança indiana com estadunidenses e europeus ocidentais¹⁰. Não obstante, a nova política impulsionou a campanha de sucesso que, em 1971, deu origem ao Bangladesh, e o primeiro teste nuclear, em 1974, como resposta direta aos experimentos nucleares chineses.

O embargo tecnológico, decorrente dos testes, levou o governo de Indira Gandhi ao colapso e esvaziou o *neruhvianismo* combativo. Contribuíram para isso, ainda, a dicotomia existente entre a recente tradição democrática indiana e a aliança com a ex-URSS, conjugada com

¹⁰ Por conta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

a heterogeneidade ideológica do movimento, que congregava liberais e realistas, unidos apenas pela postura combativa, sem que outra agenda os aproximasse (COHEN, 2001).

A definitiva transição para a preponderância da corrente realista veio, na década de 90, com o movimento nacionalista *Hindutva* (Revisionismo Hindu)¹¹. Essa corrente enxergava que a política indiana, demasiado influenciada pelo predomínio da cultura hinduísta de não agressão, contribuía para que a Índia transmitisse uma imagem de fraqueza. No campo interno, isso favoreceria movimentos separatistas muçulmanos e siques; externamente, significaria a perda contínua de influência na área sulasiática. Por fim, o uso político da identidade hindu não deveria ser baseado em sua filosofia, não belicista, mas sim, única e exclusivamente, seu uso deveria servir como elemento de *indianização* do estado. Os revisionistas contribuiriam ainda para a criação do Partido Popular Indiano (*Bharatiya Janata Party* – BJP), representante da direita indiana e eminente interlocutor da política externa do estado. (SHARMA, 2008).

2.1.3 Do ativismo nuclear do BJP à influência neoliberal

A ascensão do BJP, materializada pela conquista da cadeira de Primeiro-Ministro por Atal Vajpayee (1924-), em 1998, permitiu uma *realpolitik* mais emblemática no estado. Além da afirmação pela necessidade de expansão da fronteira estratégica para além das fronteiras políticas, ganhou vulto a retomada do programa nuclear indiano.

Apesar de as armas nucleares não serem solução para os conflitos externos limitados ou para as questões internas da Índia, o protagonismo regional determinava a posse da tecnologia dos armamentos nucleares (SINGH¹², 1999).

A preocupação em assegurar sua identidade democrática, bem como a inserção do estado num cenário pós-Guerra Fria, marcado pela emergência do neoliberalismo, frearam o ímpeto realista indiano. Embora ainda legítimo, o movimento teve de se readequar e discutir se

¹¹ O termo existe desde 1923, ao ser cunhado por Vinayak Savarkar, no livro "*Hindutva, quem é hindu?*"

¹² Jaswant Singh (nascido em 1938) é outro eminente interlocutor do BJP.

uma corrida armamentista deveria preceder, ou aguardar, um desenvolvimento econômico mais consistente. Os novos ventos questionam até mesmo a *Hindutva*: o fato de o hinduísmo ser a cultura majoritária não deve apagar a tradição indiana de diversidade, que é fonte de *soft power*.

Por conta do que foi apresentado, classificar pensadores indianos como liberais ou realistas é tarefa difícil. O realista Raja Mohan (2005), por exemplo, escritor de política externa e importante *think tank* nacional na busca da verdadeira posição indiana nos cenários regional e global, pode ser, às vezes, taxado como liberal. Defende maior aproximação não somente aos EUA, mas também, e aí está a surpresa, à China. Acredita que esta já foi capaz de “circundar” a Índia, em face da ineficácia da Doutrina Monroe Indiana, entendida por ele como apenas um artigo de fé sobre o qual repousa a comunidade estratégica indiana.

A importância em citar Mohan neste momento é comprovar que a Doutrina Monroe, mesmo que refutada por ele, faz parte, ainda hoje, do léxico estratégico indiano. Sua principal teoria, que será expandida mais adiante, é a dos três círculos concêntricos, que pode ser interpretada como uma alternativa à versão indiana da Doutrina Monroe.

2.1.4 Síntese do pensamento indiano e modelos geopolíticos possíveis

Partindo-se da premissa de que uma estratégia é resultado do pensamento político reinante e que, muitas vezes, é um instrumento para comunicação de intenções direcionado a outros poderes políticos, faz-se mister buscar as raízes do pensamento geopolítico na tentativa de se moldar uma estratégia naval para determinado estado.

No caso indiano, a democracia, apesar de suas características peculiares, permite que o pensamento geopolítico seja livremente divulgado e que surjam eminentes *think tanks* representantes das mais variadas correntes políticas. Para Cohen (2001), expressões ou termos, como não alinhamento, ou Doutrina Indira, ou mesmo revisionismo, falham todos em tentar capturar o espectro de opiniões estratégicas defendidas pela comunidade indiana dedicada à

política externa. Para o autor, “Nehru permanece figura emblemática nos assuntos exteriores indianos, antecipando e praticando ações externas que combinaram vieses agressivo-moderado, ofensivo-diplomático e moralista-realista” (COHEN, 2001, p. 63, tradução nossa).

Apesar da variedade de correntes nas relações internacionais, pode-se dizer que três delas tem maior peso na história recente da Índia. Em face de sua influência para as demais, o *neruhvianismo* deve ser o primeiro da relação. Corrente dominante até meados da década de 70, resume-se em uma versão de marxismo, não alinhada e eminentemente pacifista, com atenção às questões internas e apelo à cooperação sulasiática. Entretanto, ao conclamar uma versão da Doutrina Monroe para a Índia, com possibilidade de aplicação da força, mostrou-se errática.

Tendo o *neruhvianismo* se pronunciado por meio de assertivas e ações difusas, o movimento permitiu que a imagem de seu principal líder, o Primeiro-Ministro Nehru, fosse usada tanto por realistas como por liberais. Com isso, apesar das diferenças, os movimentos tornam-se imbrincados ao pregar, unissonamente, que a Índia não deve abrir mão de seu *soft power* para garantir que sua proeminência geográfica conserve a liderança sulasiática e, até mesmo, na área a que alguns pensadores indianos se referem como vizinhança estendida¹³.

Assim, antes de proceder uma análise do que seria a Doutrina Monroe Indiana e de como esta deriva da original estadunidense, vale citar e expandir os três modelos geopolíticos que derivam das correntes estudadas: “Índia Didática”, “Índia Firme” e “Índia Conciliatória” (COHEN, 2001). De posse destes, Holmes, Winner e Yoshihara (2009) interpretam que a aplicação da Doutrina Monroe ao poder naval indiano também ocorre em três níveis de força¹⁴.

O modelo da “Índia Didática” é próprio do *neruhvianismo* e da autoconfiança indiana como polo de disseminação de cultura e de civilização. Mesmo os realistas concordam que a real vocação indiana é o uso de sua imagem como vetor diplomático, contribuindo para que outras

¹³ Conceito relacionado às políticas indianas *Look East* e *Look West*. Kaplan (2011, p. 5) afirma: “China expande-se verticalmente [para o sul do Mar do Sul da China]; Índia horizontalmente [*Look East* e *Look West*]”.

¹⁴ Os quais serão detalhados mais adiante, no item 2.3.

potências, sobretudo democracias como a Índia, evitem confrontá-la em sua região de influência. O modelo, no entanto, em sua reedição combativa, não refutaria a possibilidade belicista, uma vez que *soft power* apenas pode não ser bastante para lidar com a China, por exemplo, cuja dependência do Índico poderia determiná-la a intensificar seu “Colar de Pérolas”.

Já a “Índia Firme” é a geopolítica dos realistas-nacionalistas. Segundo o modelo, o estado precisa abandonar a estratégia de guardar a força como um complemento da diplomacia, para adotar a contundente estratégia segundo a qual força substitui diplomacia. A força não apenas confere *status*, mas também impulsiona o crescimento econômico, pois não há ambiente tranquilo para o crescimento em um estado fraco. Um estado forte angaria deferência dos demais, e sua força deve estar sob constante uso nem que somente para demonstração.

Finalmente, para a “Índia Conciliatória”, a força só deve ser usada em complemento à diplomacia. Para o modelo, o estado deveria manter suas tradições liberais e, mais importante, focar o crescimento econômico e o desenvolvimento social, sendo razoável realizar concessões territoriais a Paquistão e China, deter o programa nuclear e aceitar papel internacional limitado.

2.2 Comparação entre as doutrinas Monroe estadunidense e indiana

Tendo sido apresentadas as principais linhas de pensamento indiano, e discutidos os modelos geopolíticos possíveis de atuação da Índia no cenário internacional, importa, neste momento, resgatar o modelo original estadunidense da Doutrina Monroe para que se torne possível avaliar quais seriam suas viáveis versões para Índia, dados os modelos geopolíticos propostos acima. Pretende-se, sobretudo, analisar o impacto da doutrina na evolução da USN.

2.2.1 A Doutrina Monroe de 1823 e sua extrapolação de sentido até Roosevelt

A transcrição de Nehru no subitem 2.1.1 sintetiza o discurso do Presidente Monroe (1758-1831) ao Congresso em 1823. Tal discurso é apenas a primeira contribuição de um constructo conhecido como Doutrina Monroe, e que se resumia pela não aceitação de interferências europeias nos negócios dos novos estados independentes da América. Sem estar associada a dispositivos do direito internacional, ou seja, sem capacidade de se impor com força de lei ou de costume, a doutrina exigia um arcabouço de força (*hard power*) que a legitimasse (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009).

Foi esse elemento de força o diferencial de aplicação da doutrina ao longo de mais de um século em que esteve em vigor. Podem-se identificar três graus de aplicação da doutrina: o que valeu logo após a época de sua primeira invocação, em 1823; o que é característico do segundo governo de Grover Cleveland (1895-99); e, finalmente, o que recebe a alcunha de “Corolário de Roosevelt¹⁵”, que busca fazer uso da doutrina para conferir aos EUA o necessário poder de polícia para garantir seus interesses no Caribe e no acesso ao Canal do Panamá.

A declaração de Monroe, que visava a um objetivo basicamente terrestre, requeria, no Atlântico Ocidental, um desdobramento marítimo, para conter, no mar, a ameaça europeia de interferência em terra. Não tendo os EUA o poder naval (*hard power*) que a doutrina pressupunha, Perkins (1963) afirma que o sucesso inicial da Doutrina Monroe foi fruto do oportunismo dos EUA em alinhar-se à Grã-Bretanha, cujos interesses para as colônias convergiam com os dos EUA. De fato, a *Pax Britannica*, fruto da muito superior *Royal Navy*, dissuadiu aventuras navais europeias no Atlântico.

O crescimento econômico, ao longo do século XIX, e a superação da Guerra de Secessão (1861-65) permitiram aos EUA maior pretensão em sua política externa. A partir de uma marinha enrijecida, dimensionada segundo Mahan¹⁶ e capaz de exercer os poderes de polícia

¹⁵ Presidente Theodore Roosevelt (1901-09).

¹⁶ Mahan postulou que a doutrina estabelecida por Monroe só teria efetiva validade caso sustentada por força física, o que muito influenciou sua concepção de um poder naval agressivo e ofensivo por natureza.

e de “diplomacia das canhoneiras”, a Doutrina Monroe tornou-se mais incisiva. Essas duas opções referem-se, respectivamente, ao “Corolário de Roosevelt” e à política do Presidente Cleveland, os quais somente foram possíveis por conta da herança *mahaniana*, que, por sua vez, conferiu à Doutrina Monroe seu significado mais duro e amplamente conhecido.

2.2.2 O corolário indiano

A seção anterior apresentou as principais escolas de política externa das elites indianas. Conforme lá destacado, consegue-se, mesmo em meio às diferentes visões, enxergar uma linha comum, que se caracteriza pela convicção quanto à proeminência indiana na região do Índico. Essa característica é o amálgama para justificar que há uma aspiração indiana, mesmo que tácita, em implementar sua versão da Doutrina Monroe.

A comparação da atuação indiana com o modelo estadunidense permite identificar pontos comuns entre as doutrinas que reforçam a validade de seu uso por parte da Índia. Há, no entanto, pontos de discordância que podem exigir um esforço de reinterpretação da doutrina na Índia ou um robustecimento material ainda maior da IN.

Iniciando pelas similaridades, destaca-se o encaixe ideológico da doutrina original com a política indiana de não alinhamento e autoimpressão da Índia como líder sulasiático. Assim, para a Índia contemporânea, e para Nehru em 1961, a mensagem de manutenção do *status quo* de poder, lançada por Monroe em 1823, funcionou como um atrativo precedente.

Além disso, Nehru não buscou a permissão de organismos internacionais, para o lançamento de sua doutrina. Tampouco, houve preocupação em dotá-la de elementos do direito internacional. E, para fechar as similaridades das doutrinas em suas trajetórias iniciais, inclui-se a fraqueza militar-naval indiana, incapacitando a IN de ser braço de imposição da doutrina.

No último ponto, porém, há uma diferença marcante. O isolacionismo dos EUA não inviabilizou a parceria com a *Royal Navy*, ao passo que o não alinhamento indiano negou à Índia

um parceiro que desse à doutrina seu demandado *hard power*. Daí a crítica de Mohan de que a Doutrina Monroe aplicada à Índia foi, ou tem sido, apenas um artigo de fé.

Com o tempo, o crescimento econômico, militar e geopolítico de ambos estados endureceram o sentido original de suas doutrinas. No caso dos EUA, isso repercutiu, para a USN, em demanda para seu uso como poder constabulário e instrumento de diplomacia (“das canhoneiras”). Na Índia, essa extrapolação repetiu-se sob Indira Gandhi, na intervenção no Paquistão Oriental (Bangladesh), de 1971, e sob Rajiv Gandhi, na operação de “manutenção da paz”¹⁷ no Sri Lanka, de 1987, e de intervenção nas Maldivas, em 1988. Há, entretanto, uma diferença de grande relevância. Enquanto a USN foi, para os EUA, instrumento primário de imposição da nova Doutrina Monroe, a IN esteve ao largo desse mesmo processo na Índia, sendo considerada, segundo o Almirante Prakash (2007), “uma força armada com complexo de Cinderela”¹⁸, longe de desfrutar do mesmo orçamento e prestígio do exército e da força aérea.

Para encerrar a comparação, a diferença temporal entre as duas doutrinas parece determinante. Enquanto a USN teve um enfoque *mahaniano* buscando o domínio do mar contra a ameaça de esquadras regulares, a IN deve estar preparada para balancear, segundo a visão de Geoffrey Till (2013), suas capacidades de defesa (marinha moderna) e de proteção do sistema marítimo (marinha pós-moderna). Notadamente posicionada em meio às LCM do Índico, com relevância potencializada no pós-globalização, e sob a constante sombra das novas ameaças (terrorismo, pirataria), resta à IN buscar maior capacitação para a tarefa de segurança marítima, o que não foi preocupação dos EUA quando da implementação de sua Doutrina Monroe. De fato, enquanto o Atlântico constituía-se em uma área relativamente benigna, “a Índia vive em uma perigosa vizinhança, num espaço estratégico no meio de um ‘arco de instabilidade’ que vai do Levante a Mindanao [Filipinas]” (CHOPRA, 2013, p. 102, tradução nossa).

¹⁷ A operação (1987-90) não foi iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e não figura a lista disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/past.shtml>> (último acesso em 29 jun. 2016).

¹⁸ “The Navy [...] was truly a ‘Cinderella’ service [...]” (p. 97, tradução nossa). Almirante Arun Prakash foi Chefe-de-Estado-Maior da IN (cargo equivalente ao de Comandante da Marinha, no Brasil) no período de 2004-06.

2.3 A Doutrina Monroe indiana como base para uma estratégia naval

Como visto, as principais correntes de pensamento indiano fornecem três modelos geopolíticos para a Índia. De forma semelhante, verificou-se que a Doutrina Monroe, tanto a original quanto seu equivalente indiano, teve seu sentido extrapolado, passando a ensejar três graus de aplicação. A combinação biunívoca entre os modelos geopolíticos e os graus de aplicação da doutrina permite, de acordo com o proposto por Holmes, Winner e Yoshihara (2009), lançar três variantes de estratégia naval.

A primeira delas, denominada *Free-rider*, ou “oportunista”, seria compatível com a fase inicial de aplicação da doutrina e aplicada, via de regra, por uma “Índia Conciliatória”. Usufruiria da supremacia naval de uma potência externa considerada benigna, estando, normalmente, baseada em uma política externa liberal, segundo a qual esforços e recursos do estado seriam concentrados no desenvolvimento econômico. Alternativamente, seria admissível mesmo em uma política externa mais dura, caso fosse necessário à Índia concentrar-se em disputas territoriais e relegar a defesa de seus interesses marítimos a um poder naval dominante.

Restaria à IN um papel limitado em missões regionais de supressão ao terrorismo, à pirataria e ao tráfico de armas e de pessoas. A forte diáspora indiana no entorno do Índico, em meio ao cenário de instabilidade regional, demandaria ainda a capacidade de evacuação de não combatentes. Aliadas a essas missões de uso limitado da força, a IN atuaria, também, em ações benignas¹⁹. Numa região marcada pelos efeitos nefastos de monções, terremotos e *tsunamis*, a Índia teria na IN um destacado vetor de projeção de *soft power*, ao realizar missões de socorro e salvamento e operações humanitárias. Ainda nesse contexto, adicionam-se as operações conjuntas com marinhas regionais, em apoio às políticas externas *Look East* e *Look West*. Em

¹⁹ Conceitos de “uso limitado da força” e de “atividades benignas” são os da Doutrina Básica da Marinha (DBM).

última análise, a estratégia oportunista parece ser um necessário degrau de experimentação para uma marinha em evolução, contribuindo para determinar a melhor estrutura de força, reescrever a doutrina, e testar as táticas que comporiam as outras duas estratégias mais “duras”.

A segunda das estratégias foi definida pelos autores como *Constable* e estaria associada ao modelo geopolítico da “Índia Didática”. Para demonstrar sua força regional, a Índia postularia poder de polícia no entorno do Índico, visando a garantir primazia e capacidade de veto em sua vizinhança imediata (MOHAN, 2006). O didatismo, mais expandido que o sentido *neruhviano*, é verdade, exigiria da IN realizar tarefas realmente ligadas ao poder naval. Pelo menos no Índico Norte, deveria ser capaz de exercer o controle da área marítima por onde passam as LCM que conectam Málaca a Bal-el-Mandeb, e destas a Ormuz. Alternativamente, caso o controle total se revele muito pretensioso, deveria buscar a combinação de um grau localizado e temporário de controle com negação da área marítima restante. O poder dissuasório resultante dessa força naval seria igualmente um objetivo e uma tarefa a desempenhar, até porque, ao mesmo tempo em que Nova Délhi não necessariamente recusaria parcerias, estas estariam cada vez mais escassas à medida que a IN ganhasse em combatividade.

Finalmente, resta descrever a última das estratégias previstas pelos autores, à qual se referem por *Strongman*, e está relacionada à ideia de “Índia Firme”. Segundo a escola realista, estados emergentes devem construir poderes político e militar compatíveis com seus protagonismo regional e riqueza. A estratégia *Strongman* caracteriza-se por uma postura mais ofensiva que a anterior ao pregar defesa avançada além-Índico (Mar do Sul da China, principalmente). Além das tarefas mencionadas para a estratégia *Constable*, cresceriam em importância a projeção de poder sobre terra e o desdobramento ofensivo do controle de área marítima mais agressivo, que é o bloqueio.

Terminada essa análise, deve-se salientar a dificuldade de um modelo, sobretudo importado do Ocidente, e interpretado por ocidentais, representar o pensamento naval indiano

com precisão. Não raro, estudiosos indianos posicionam-se de maneira incongruente com a corrente dominante de pensamento a que pertencem. O resultado é que modelos geopolíticos tendem a se imbricar. O mesmo ocorre com as estratégias e é tarefa difícil encontrar uma linha clara de separação entre elas. Vale ressaltar, no entanto, que o modelo não é taxativamente negado por autoridades indianas e é, muitas vezes, celebrado no meio acadêmico local²⁰. Por isso, e na ausência de outro recurso teórico, este modelo será a base para avaliar, no quarto capítulo, a evolução dos documentos que retratam a estratégia naval indiana. Para tanto, será necessário utilizar o capítulo a seguir para estudar as configurações possíveis de organização da força naval, à luz desse arcabouço teórico e do interesse de outros atores no Índico. Com isso, pretende-se encontrar aplicações práticas da teoria, que serão, precisamente, os instrumentos de análise dos documentos IMMS-2007 e IMSS-2015 e da evolução que ocorreu entre eles.

²⁰ Exemplo do Professor Bharat Karnad (2014).

3 *INDIAN MARITIME SECURITY STRATEGY*²¹ – INTENÇÕES ESPERADAS

Antes de iniciar o estudo proposto no final do capítulo anterior, vale destacar que alguns autores mostram-se bastante críticos quanto ao conteúdo das Estratégias escritas. Entre eles, Work e van Tol (2008) alegam que tais documentos tendem a ser vazios quando não acompanhados por recursos e planos decorrentes.

De qualquer forma, tais documentos trazem a grande contribuição de indicar intenções. Assim, e considerando a definição de estratégia do Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007) como “Arte de **preparar** e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos [...]” (grifo nosso), é possível inferir, a partir da leitura das Estratégias, as intenções de quem as escreve e prever como seria a materialização de tais intenções. Ou seja, a avaliação das missões que uma marinha é imposta realizar, e do contexto geopolítico em que está inserida, possibilita dimensionar os meios de que precisa e estimar a localização de suas bases.

Assim, com a promulgação das IMSS, espera-se evitar o que foi outrora uma marca da IN, criticada por primeiro se adquirirem os meios para depois se decidir o que fazer com eles. É Prakash (2007) quem menciona tal crítica junto a uma resignação: “eu entendo a razão por traz da crítica, porque, àquela época, faltavam à Marinha uma doutrina e uma estratégia”.²²

Voltando a falar de forma genérica, não é de se esperar que tais documentos sejam claros na definição de suas ameaças ou hipóteses de emprego. A proximidade que guardam do nível político e a sua publicidade inviabilizam tal transparência. Assim, para melhor entender as IMSS, e nelas encontrar indícios da real estratégia naval indiana, faz-se mister realizar um exercício de previsão do modelo (*Free-Rider*, *Constable* ou *Strongman*) mais provável de ser encontrado nesses documentos. É o que se procederá no próximo item.

²¹ A partir daqui, quando se fizer referência a ambos documentos conjuntamente, será citada apenas a nomenclatura mais recente: *Indian Maritime Security Strategy*, ou IMSS-2015.

²² PRAKASH, 2007, p. 97, tradução nossa.

3.1 Desenho mais provável da IN em 2022²³

Conforme já antecipado, a unificação do subcontinente em torno do Império Mugal afastou, até o século XIX, o assédio europeu, isolando Goa como um fenômeno de excessão. A total negligência ao mar, no entanto, levou à dissolução do Império em 1857, quando se iniciou o domínio britânico que, por meio da *Royal Navy*, controlou as LCM indianas e a vida econômica do estado, abrindo caminho para a conquista do subcontinente. Assim, a ideia de domínio do mar (*Command of the sea*), de Corbett (1911), que aperfeiçoou a concepção *mahaniana*, é, nos dias atuais, marcante influência para o pensamento naval indiano por explicar o que aconteceu no subcontinente. Abrem-se aspas para Corbett:

O único valor que o alto mar tem para a vida nacional é como meio de comunicação. Para a sobrevivência de um estado, essa comunicação tem uma relevância que pode ser grande ou pequena, mas para todo e qualquer estado costeiro tem algum valor. Assim, ao negar ao inimigo esse direito de passagem, faz-se cessar o movimento de sua vida nacional no mar da mesma forma que esse movimento é cortado em terra ao se conquistar seu território (CORBETT, 1911, p. 93, tradução nossa).

A nova república contrariou não apenas Corbett, mas também Panikkar (1945)²⁴, e manteve-se de costas para o mar. Somente no fim do século XX, tais pensadores tocaram mais fundo a estratégia indiana, quando se passou a julgar o existente poder naval incompatível com a aspiração por maiores desenvolvimento e dependência das LCM. O “Colar de Pérolas” chinês trouxe ainda mais luz para a necessidade de uma estratégia naval com tendência mais ofensiva.

De fato, bases estrangeiras no Oceano Índico podem criar um ambiente competitivo em termos de segurança marítima. Sakhuja (2006) afirma que “existe tendência comum nos trabalhos de Mahan, Corbett e Sun Tzu de que bases navais são o componente mais crítico da estratégia militar” (p. 61, tradução nossa), principalmente para controlar as LCM próximas a

²³ A IMMS-2007, em sua página 9, estabelece a validade do documento em 15 anos.

²⁴ “O futuro da Índia não está determinado por suas fronteiras terrestres, mas sim por sua expansão oceânica, nos três lados (*sic*) em que a Índia é banhada.” (PANIKKAR, 1945, p. 14, tradução nossa).

estreitos. O porto sino-paquistanês de Gwadar é o mais emblemático exemplo, alavancando a presença chinesa na entrada do Golfo Pérsico e ameaçando os interesses indianos na região. A base de Diego Garcia, usada pela USN nas guerras contra o Afeganistão e o Iraque foi, igualmente, fonte de preocupação indiana (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009).

Ao mesmo tempo, a Índia vê-se em posição dicotômica entre responder tais ameaças incisivamente e evitar causar alarme exagerado em sua vizinhança, ou instigar competição antecipada com outras potências cujas economias dependem igual e vitalmente da utilização das LCM do Índico. Deve-se medir o uso do poder naval para não comprometer a tradição indiana de *soft power* e de uso diplomático da IN. O fato de os EUA terem afrouxado o “Corolário de Roosevelt” para manter as boas relações americanas (BAILEY, 1946), é um farol quanto aos efeitos de uma estratégia *Strongman* exagerada. Além disso, apesar do tom ofensivo da estratégia naval chinesa (“Defesa Ativa de Litoral²⁵”), Pequim tem negado estar incorrendo em sua própria versão Doutrina Monroe e o desejo de disputar o controle exclusivo do Índico, o que representa mais um limite político ao *Strongman*.

3.1.1 A escolha pelo modelo Constable

Em face do exposto, é provável que as IMSS tenham sinais de um modelo constabulário para a região do entorno do Índico, em que pese a IN ainda conservar características *Free-rider*. O modelo confere à IN poder de polícia para conservar sua primazia regional, já reconhecida por seus vizinhos e comprovada pela frase do Presidente de Maldivas²⁶ (2011): “O Oceano Índico é o oceano da Índia”. Permite, ainda, dissuadir poderes externos, sem o ônus de uma postura demasiadamente ofensiva. Além disso, mais concentrada nas LCM do Índico Norte,

²⁵ Tradução nossa para “*Offshore active defense*”, que, de acordo com uma interpretação estadunidense, seria parte de uma estratégia maior “*A2AD – Anti Access and Area Denial*”. Após a promulgação do novo Livro Branco da Estratégia Militar Chinesa, em maio de 2015, o tom belicoso é ainda mais pronunciado com a adição da componente “*Open Seas Protection*” (defesa em profundidade) à anterior já mencionada.

²⁶ Presidente Mohamed Nasheed (2008-2012) declarou “*the Indian Ocean is the Indian Ocean*”. Disponível em <<http://www.diplomatist.com/newsfeed/maldives20141202.html>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

a estratégia guarda proximidade à herança *corbettiana*, mais cara ao pensamento naval indiano do que o domínio absoluto do mar preconizado por Mahan.

Destaca-se, também, a tendência de que a implementação do modelo seja recebida favoravelmente pelos EUA, atual poder naval dominante do Índico, que, em sua *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*²⁷, destaca que “nossa presença avançada no Indo-Pacífico [...] irá fortalecer alianças por meio de operações conjuntas de segurança marítima, compilação compartilhada do meio marítimo e compromissos multilaterais” (EUA, 2007, p. 13, tradução nossa). Assim, conforme destacado no documento tripartite estadunidense, o modelo *Constable* contribuiria para atenuar o atual fardo da USN na segurança marítima do Oceano Índico.

3.1.2 Estrutura de força que o modelo enseja

Coutau-Bégarie (2010) propõe que a força organizada de uma marinha completa e balanceada tenha sua panóplia de meios distribuída em torno de seis capacidades: dissuasão, intervenção, vigilância, costeira, anfíbia e logística. A estratégia indiana elaborada segundo o modelo em estudo não deve abrir mão de nenhuma dessas capacidades.

Inicialmente, deve manter potências externas afastadas de sua zona de influência, ou fazer com que estas, caso optem por operar no Índico, não considerem intervir nos assuntos da região. Numa escala menor de dissuasão, o desejável, pelo menos, é que aquelas potências, ao intervir, entendam os custos elevados que isso ensejaria. Essa capacidade de dissuasão seria precipuamente constituída por submarinos nucleares, mas também, segundo uma abordagem indireta, atingida pelo equilíbrio entre as capacidades de intervenção e vigilância. Ao afastar atores externos, eventos localizados que atentassem contra a ordem regional desgastariam a legitimidade indiana e minariam a validade de sua Doutrina Monroe. Assim, para garantir um

²⁷ Estratégia marítima promulgada conjuntamente pelos três serviços marítimos (USN, Guarda Costeira e *Marine Corps*, Fuzileiros Navais), cuja última versão é de 2015.

ciclo vicioso de ação e dissuasão, a IN deveria reforçar o binômio de capacidades intervenção-vigilância, baseado no conceito do *high-low mix*²⁸.

Isso é aplicável ao contexto da Índia, com sua marinha que, ainda num contexto de desenvolvimento, pretende conciliar sua atuação em duas frentes: ocidental (*Look West*) e oriental (*Look East*). Enquanto uma força de intervenção operaria em zonas de alto risco, com provável oposição de meios adversários (navais ou outros), uma força de vigilância estaria encarregada de operar em zonas de menor risco em missões de presença e de proteção às LCM. Os instrumentos da primeira seriam uma potente força de superfície²⁹, nucleada em navio aeródromo (NAe), e submarinos nucleares de ataque. Com grandes flexibilidade e alcance, essa força seria ainda instrumento avançado de diplomacia, oferecendo manobra ao poder político em meio a crises. Deveria complementar-se por capacidade anfíbia, com a qual a projeção de poder sobre terra, enquanto possibilidade, funcionaria como incremento do poder diplomático, ou, configurado o conflito, como braço da intervenção. Já a força de vigilância poderia contar com navios mais simples de menor tonelagem, em missões de controle de área marítima.

Todas as capacidades anteriores, atuando afastadas do litoral, demandariam a existência de uma força logística, cujo detalhamento exige abrir aspas para Coutau-Bégarie:

Um navio em operação no mar tem que reabastecer a cada 3 a 5 dias. Isto demanda um “trem da esquadra” de grande envergadura, contando com navios-tanque, navios-transporte de munição, navios-transporte de produtos frescos, navios-oficina, até mesmo diques-flutuantes com capacidade de receber submarinos. A tais navios é preciso acrescentar navios de comando e controle, além de navios de coleta de dados de inteligência. (2010, p. 480).

Finalmente, a força naval deveria atuar em conjunto com a Guarda Costeira (*Indian Coast Guard* - ICG) no controle das águas territoriais e da zona econômica exclusiva (ZEE), sobretudo com o emprego de submarino convencional em águas rasas. Com a aproximação da guerra naval ao litoral, essa é uma capacidade necessária mesmo em um cenário *Free-rider*, vide

²⁸ Almirante Elmo Zumwalt (1920-2000) usou o conceito para defender que a USN, sem desprezar submarinos nucleares e navios aeródromos, deveria contar também com navios menores e mais simples (HAGAN, 1992).

²⁹ Cruzadores e fragatas, de grande tonelagem, dotados de mísseis capazes, inclusive, de atingir alvos em terra.

os atentados de Mumbai, em 2008, quando terroristas paquistaneses acessaram a cidade a partir de lanchas rápidas (PRAKASH, 2013).

Em termos quantitativos, Holmes, Winner e Yoshihara (2009) destacam que o tamanho da força resultante do modelo *Constable* seja suficiente para atender à regra do “três para um”³⁰ e para atuar do Chifre da África ao Estreito de Málaca, em duas frentes (leste e oeste). Assim, seis forças-tarefa seriam razoáveis, considerando necessidades de manutenções, reparos e treinamentos, ante a demanda de pronto emprego que um poder constabulário requer.

Tendo completado o cenário prospectivo que este item almejava, considera-se haver elementos bem definidos a se buscar nas Estratégias. Antes de proceder a busca, vale ressaltar outro aspecto com grande potencial de influência nesses documentos, qual seja a forma como os interesses de outros atores pelo Índico poderiam se relacionar com a estratégia naval indiana.

3.2 O interesse de outros atores no Oceano Índico: ameaça ou oportunidade?

A pergunta acima é oportuna para dimensionar a receptividade à cooperação concernente às Estratégias que serão analisadas. Ou, em uma direção oposta à cooperação, para se verificar a possibilidade de esses documentos irem de encontro a objetivos de outras potências. Para responder a essas questões, serão considerados os seguintes atores ou grupos destes: EUA, China, e as vizinhanças imediata e estendida, a leste e a oeste.

3.2.1 Estados Unidos da América

A análise deve iniciar-se obrigatoriamente pela presença da USN na região, que ainda é a força naval dominante no Índico, com a presença de, pelo menos, duas forças-tarefa nucleadas em NAe, seguindo a política do “2.0 *carrier presence*” (SAAB; SINGH, 2013).

³⁰ Para Macris e Kelly (2012), são necessárias duas ou três forças-tarefa para que uma possa ser prontamente empregada, considerando o adestramento das tripulações e a manutenção dos equipamentos.

O estabelecimento da base de Diego Garcia, pouco mais de mil milhas ao sul do Sri Lanka, no contexto da Política de Contenção, foi alvo de preocupação por parte da Índia. Na guerra de 1971, o desconforto de Indira Gandhi ante a presença do *USS Enterprise* ao largo da Baía de Bengala levou-a a invocar a Doutrina Monroe estabelecida por seu pai em 1961 (COHEN, 2001). Hoje, num contexto geopolítico diferente, a aproximação Índia-EUA é factível, sendo uma possibilidade viável para a IN nas estratégias *Free-rider* e *Constable*.

Em relação à última, a dotação de um poder constabulário à IN não seria, conforme já visto, uma estratégia à qual os EUA fariam oposição. Isso contribuiria para que a USN fosse aliviada de parte do papel que tem desempenhado na segurança marítima do Índico, o que se coaduna com o pretendido enxugamento gradual da quantidade de NAe em efetiva comissão³¹.

Enquanto o modelo *Constable* ainda não é uma realidade para a IN, pode-se dizer que a estratégia marítima dos EUA, no detalhamento de seus objetivos estratégicos (e) e (f)³², permite que a IN usufrua, como “oportunista”, do domínio da USN no Índico. A configuração é plausível pois a Índia parece ser realmente um parceiro de peso, dada sua tradição de influência na região. Os EUA conservariam a segurança do Índico a nível global, repassando à Índia as intervenções localizadas e as operações humanitárias e de socorro e salvamento.

Em que pese a cooperação naval EUA-Índia ser verossímil, há uma ressalva quanto aos resultados esperados pela Índia no curto prazo. Apesar de favorável à cooperação, Khurana (2008) destaca a dicotomia que a parceria enseja. Alega que, sendo a IN “oportunista”, a USN, para demonstrar segurança marítima crível, adotaria uma postura explicitamente hegemônica, erodindo a imagem indiana de potência regional. Mesmo assim, como já mencionado acima,

³¹ Segundo o Almirante Bill Gortney, Comandante das Esquadras da USN (*US Fleet Forces Commander*), entre 2012 e 2014, a quantidade de NAe em efetiva comissão seria reduzida de seis para quatro. Disponível em: <<https://news.usni.org/2014/01/24/document-navys-new-deployment-plan>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

³² Tais objetivos traduzem-se, respectivamente, em buscar e manter cooperações internacionais e em prevenir e conter crises locais antes que afetem o sistema global de comércio.

Khurana apoia a parceria, apontando a dissuasão estratégica ante Pequim apesar de a aliança não ser explicitamente anti-China.

3.2.2 China

Almirante Prakash (2007) alertou que a ascensão chinesa e sua aspiração em tornar-se potência dominante fazem pairar relevante ameaça na região do Índico. A mesma impressão é a do General Sachadeva (2008, *apud* HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009) ao destacar que a China tem forçado sua entrada no Oceano Índico, até pouco quintal da Índia.

O simultâneo crescimento de Índia e China como recentes potências econômicas e marítimas traz o receio de que a entrada concorrente de ambos atores no domínio marítimo do Índico atinja tendências belicosas. Sobretudo considerando a necessidade de ambos em garantir suas sobrepostas LCM de recursos energéticos, tão essenciais ao seu sustentável crescimento.

A análise cuidadosa dos portfólios atuais de ambas as Marinhas revela, porém, uma capacidade de atuar, ainda, apenas nos domínios lindeiros imediatos de cada um. Em relação à China, uma atuação mais efetiva além-Málaca requereria, de acordo com Holmes, Winner e Yoshihara (2009), requalificar e aumentar o número dos meios de superfície, maior capacidade orgânica de aviação e melhor apoio logístico móvel. Além disso, a prioridade da China quanto a reconquistar Taiwan ainda é uma restrição para uma empreitada no Índico.

Analogamente, na visão chinesa, o poder naval indiano teria igual dificuldade em atuar no Mar do Sul da China. No campo geopolítico, Xiao Ming (2007) afirma que o rápido crescimento militar indiano causaria a percepção de ameaça entre seus vizinhos e chocar-se-ia com interesses estratégicos dos EUA, que freariam tal ascensão. Sob o enfoque estratégico-operacional, Zhang Ming (2007) aponta a dependência tecnológica externa, a deficiente base industrial, a carência de pessoal e a insipiente capacidade de defesa antiaérea dos meios atuais.

Para contornar sua limitação em promover presença naval mais assertiva no Índico, a China vem se utilizando de dois expedientes. O primeiro deles usa diplomacia com história, para projeção de *soft power*, com a política externa chinesa resgatando a imagem do Almirante Zheng He³³ para, com esse exemplo, transmitir a mensagem de que a PLAN, quando no Oceano Índico, será uma força benigna, focada na segurança marítima internacional e na cooperação comercial, como outrora fora a força naval chinesa da Dinastia Ming.

Em seguida, tem buscado assegurar-se de pontos-chave no Oceano Índico de onde poderia se projetar e operar, continuamente, naquele oceano. O “Colar de Pérolas” chinês, conjunto de bases, ou de portos compartilhados, conversíveis em bases, tem a pretensão de, não somente corrigir a limitação, apontada acima, quanto ao apoio logístico móvel, mas também ser uma alternativa para o recebimento de insumos energéticos no caso do fechamento de Málaca.

Assim, limitações a parte, a China tem mostrado ambição por maior presença no Índico, de onde provém suas LCM mais relevantes. Ratificando isso e tomando da História uma lição, Yan Xuetong (2006) propõe que o comércio esteve sempre associado a certo grau de domínio do mar. Da Índia, principalmente impelida pela Doutrina Monroe, espera-se raciocínio semelhante. Com isso, é provável que as IMSS mostrem ações para contrabalançar a presença chinesa, as quais se apoiariam na vantagem indiana de operar no seu entorno geográfico.

Para resumir este subitem, vale transcrever a análise abaixo:

Ao passo que os interesses chineses no Índico continuarão a crescer, a habilidade da China em empregar o poder naval para salvaguardar tais interesses permanecerá limitada enquanto houver a preocupação de Pequim em assegurar sua soberania em Taiwan e no seu entorno marítimo; enquanto isso, a Índia continuará a prover a presença naval dominante no Oceano Índico (ERICKSON, 2008, tradução nossa).

3.2.3 Os dois círculos interiores de Raja Mohan

³³ O Almirante Zheng He foi o comandante de sete expedições chinesas, para comércio e descobrimento, no período entre 1405 e 1433, ocorridas na Dinastia Ming.

Segundo a teoria de Mohan, EUA e China, junto com outros atores além-Índico, compõem o terceiro e mais externo círculo das relações exteriores indianas, onde o instrumento naval é apenas um recurso de dissuasão ou de representação de um poder crescente que reflete o anseio indiano por ascensão geopolítica. Neste subitem, o enfoque será nos dois círculos interiores, com destaque para Paquistão, no mais interno; e Sudeste Asiático e África Oriental³⁴, no central. Nestes círculos, diferente do que ocorre no mais externo, o poder naval deve ser instrumento ativo na busca indiana por maior assertividade (MOHAN, 2006).

Nessa análise, destaca-se o potencial de cada círculo mais interno em deter a Índia na atuação nos círculos subsequentes. Assim, transpor as barreiras de cada círculo credenciaria a Índia a evoluir sua estratégia naval de *Free-rider* para *Constable* e desta, caso desejado, para *Strongman*. A ameaça potencial do Paquistão requer a concentração de uma marinha de águas marrons no Mar da Arábia, restringindo a atuação mais ampla da IN em apoio à política *Look East* e a conquista do segundo círculo de Mohan, o Índico. Analogamente, a transposição de Málaca para o terceiro círculo implicaria materializar a estratégia *Strongman*, com potencial nuclearização³⁵ daquela região, que ceifaria o atual apoio que a Índia nela usufrui. A tradição de *soft power* da Índia no Sudeste Asiático estaria ameaçada pela demonstração muito eloquente da disposição em levar um eventual conflito sino-indiano para o Mar do Sul da China.

Especificamente em relação ao Paquistão, a afirmação acima apoia-se na declaração de Chopra (2005) de que, para a Índia se tornar ator global, o enfoque demasiado regional deve ser atenuado, o que se torna particularmente difícil por conta da concentração dos objetivos de segurança na fronteira terrestre (PAWAR, 2015). Face à valorização do Paquistão, restaria ao poder naval a possibilidade de extensão da guerra para o mar, onde a tônica da estratégia seriam

³⁴ Outros atores importantes para a região, como Austrália e Japão, não serão aqui analisados. Vale destacar a possibilidade de que ambos venham a compor alianças com a Índia, numa eventual reconstrução do Arco da Democracia. Disponível em: <<http://www.asiasentinel.com/politics/return-arc-of-democracy/>>.

³⁵ Pelo Tratado de Bangkok, de 1995, declarou-se o Sudeste Asiático livre de armas nucleares.

operações de interdição marítima (MIO)³⁶, com possibilidade de projeção de poder sobre terra, com lançamento de mísseis ou assalto anfíbio, ambos empregados com sucesso em 1971³⁷.

O Sudeste Asiático, apesar de sua forte ligação cultural com a Índia (budismo), foi negligenciado durante a Guerra Fria por conta da política indiana de não alinhamento (LAKRA, 2016). A primeira reaproximação ocorreu quando da abertura econômica indiana e foi seguida pelo desencadeamento da política *Look East*. Mais do que “zona tampão” de um conflito sino-indiano, a região guarda o Estreito de Málaca, tão importante para as LCM de ambos eventuais contendores. Málaca guarda, numa analogia com o Corolário de Roosevelt, similaridade com o Canal do Panamá, sendo um dos objetivos mais diretos no caso de a Índia realmente desenvolver uma estratégia naval do tipo *Constable*, até porque a China goza de posição geográfica mais vantajosa em relação àquele estreito, com sua base avançada na ilha de Hainan.

Em relação à África, os eventos de pirataria ao largo do Golfo de Áden chamaram menos a atenção indiana do que o crescimento da presença chinesa na África Oriental, com seus mais de 30 bilhões de dólares de investimento em 2014 (JEFFREY, 2016). Os efeitos materiais da pirataria são ainda desprezíveis para a Índia. Talvez por isso, o interesse indiano pelo assunto tem sido mais retórico do que revestido em ações práticas. Entretanto, pode-se inferir que a pirataria é uma oportunidade para maior interoperabilidade entre a IN e a ICG, as quais, como destacam Holmes, Winner e Yoshihara (2009), ainda esbarram em questões burocráticas para uma efetiva integração. Enquanto isso ainda caminha, a IN continua com maior prioridade de emprego no próprio litoral, até por conta da lembrança de Mumbai, parecendo satisfeita com um papel apenas coadjuvante no combate à pirataria, aceitando a liderança estadunidense e não aderindo formalmente a Força-Tarefa 150 (<<https://combinedmaritimeforces.com/about/>>).

³⁶ Sigla da expressão equivalente em inglês *Maritime Interdiction Operations*. Obviamente, deve-se considerar que este tipo de operação seria precedido por algum grau de controle de área marítima.

³⁷ Durante a guerra pela independência de Bangladesh, em 04 dez, atual Dia da IN, foram dirigidos ataques (Operação Tridente) com mísseis contra a base naval de Karachi. Em 12 dez, ao sul de Dacca, ocorreu o assalto anfíbio (Operação Castor) para interromper uma rota de escape em direção ao atual Mianmar.

Em paralelo, a maior presença chinesa no continente, incluindo a construção de uma base naval no Djibouti, em um dos pontos de acesso ao Índico, no estreito de Bal-el-Mandeb, deve demandar maior esforço diplomático e presença naval para contrabalançar a influência chinesa. As bases nas Ilhas Maurício e Seicheles³⁸ são exemplos desse esforço.

3.3 Conclusão parcial

Neste segundo capítulo de desenvolvimento, pretendeu-se, com base na construção teórica, feita no capítulo anterior, definir qual o grau de força com que a Índia aplicaria sua versão da Doutrina Monroe e, em seguida, quais as características do poder naval decorrente. Propôs-se que o modelo adotado seria o *Constable*, para o qual seria necessário robustecer a IN, incrementando suas capacidades de dissuasão e de ação (intervenção), sendo que a última ainda pressupõe maiores capacidades logística e anfíbia. Viu-se, ainda, que uma maior assertividade indiana demandaria menor dependência de tecnologia estrangeira, determinando maior grau de “indianização” dos meios e, praticamente, inviabilizando compras de oportunidade.

Foi procedida, também, uma análise da interação do poder naval do modelo *Constable* com a atuação esperada de outros atores (ou grupo de atores) com interesse na região do Índico. Verificou-se que a concentração nas tradicionais guerras de fronteira prejudica a expansão naval indiana, devendo-se esperar que uma estratégia naval inspirada no modelo em discussão venha reduzir o foco no Paquistão. Por outro lado, é factível encontrar estímulos à cooperação, em termos de exercícios e de desenvolvimento conjunto de doutrina, junto a potências navais dominantes na região (EUA), e em termos de infraestrutura, como a construção de portos em estados do entorno do Índico. Finalmente, destacou-se o papel que o *soft power*

³⁸ Sítios: <<http://www.dawn.com/news/1169104>> (Ilhas Maurício) e <<http://www.thehindu.com/news/international/seychelles-committed-to-indian-naval-base/article8022404.ece>> (Ilhas Seichelles).

deve continuar exercendo junto ao Sudeste Asiático, devendo as IMSS trazer ampliado foco às missões humanitárias e às de cunho policial.

Encerrado este capítulo, vale aqui adiantar que será objetivo do próximo buscar encontrar na IMMS-2007 e na IMSS-2015 os indícios supra destacados, para que se confirme, ou não, o fato de a Índia ter abraçado a Doutrina Monroe para embasar sua estratégia naval e que esta vem seguindo um processo de transição de um modelo *Free-rider* para um mais contundente, classificado como *Constable*.

4 INDIAN MARITIME SECURITY STRATEGY – INTENÇÕES REVELADAS

A IMMS-2007 é um marco histórico para a IN, por ser a primeira estratégia naval escrita da Índia. A IMD-2004, que a antecedeu e inspirou, é, porém, a precursora do movimento de formalização doutrinária. No texto da IMMS-2007, inclusive, consta a instrução de que sua leitura deve ser acompanhada do exame da IMD-2004. Este capítulo deveria, então, ser iniciado por esse exame. Ocorre que, em resposta à obsolescência desses dois documentos, e por conta da combinação do evento de Mumbai, em 2008, com a promulgação, pelos EUA, em out 2007, de sua estratégia marítima tripartite, a IN reviu sua doutrina, expedindo a IMD-2009. Com isso, este capítulo não tratará da IMD-2004; analisará as estratégias de 2007 e 2015, usando a IMD-2009, como ponte entre elas, e os dados discutidos no capítulo anterior para guiar essa análise.

4.1 India's Maritime-Military Strategy - 2007

O prefácio do documento, feito pelo Almirante Mehta, Comandante da IN à época de sua promulgação, inicia transcrevendo uma declaração do Primeiro-Ministro Manmohan Singh (2004-14) que, por antecipar a análise que aqui será feita, vale a pena ser transcrita:

O crescente protagonismo da Índia no cenário internacional dá ao estado relevância estratégica numa área que se estende do Golfo Pérsico ao Estreito de Málaca [...] A Índia tem procurado se destacar na nova ordem mundial usando uma combinação de reposicionamento diplomático, crescimento econômico e firmeza militar (SINGH *apud* ÍNDIA, 2007, p. iii, tradução nossa).

A passagem acima remete ideias de relevância, mostrando que a IN vem seguindo, sim, um caminho *Constable*. Inicialmente, destaca a abrangência geográfica, prescrevendo a atuação da IN em duas frentes. Em seguida, com “reposicionamento diplomático”, implica em abandonar o isolacionismo e a postura magnânima de outrora para, respectivamente, adotar a cooperação internacional e o assertivismo ante potenciais adversários, com papel marcante para a IN no apoio à política externa. Em termos de “crescimento econômico”, dois objetivos são

realçados pela IMMS-2007, junto com o papel da IN para garanti-los: segurança energética e LCM. Finalmente, “firmeza militar” coaduna-se com a aspiração maior da estratégia *Constable*, qual seja primazia no controle das questões locais do Índico, que, no estudo da IMMS-2007, se confirma pelo crescimento das capacidades de intervenção, de vigilância, anfíbia, logística e, em última análise, de dissuasão.

4.1.1 Abrangência Geográfica

As seguintes áreas primárias de interesse são citadas: Mar da Arábia e Baía de Bengala (ÍNDIA, 2007³⁹, p. 58 e 59), os quais encompassam a quase totalidade do mar territorial e ZEE (FIG. 2) e territórios insulares indianos; pontos de acesso ao Oceano Índico, destacando-se os Estreitos de Málaca, Ormuz e Bal-el-Mandeb e o Cabo da Boa Esperança⁴⁰; estados arquipelágicos do Índico; Golfo Pérsico; e as principais LCM que cruzam o Índico. Além dessas, são citadas áreas secundárias, como a porção sul do Oceano Índico, o Mar Vermelho, o Mar do Sul da China e a região do Pacífico Leste (*sic*)⁴¹.

A categorização das áreas de interesse é fruto do reconhecimento da própria IN de sua dificuldade, em 2007, para atuar nas áreas secundárias. Assim, a IMMS é taxativa ao afirmar que “esta estratégia focará apenas nas áreas primárias” (p. 60). O documento destaca, no entanto, que as áreas secundárias poderão ser alvos de desdobramentos futuros.

Em relação às áreas primárias, vale analisar a escolha de cada uma delas, à luz dos preceitos estabelecidos no capítulo anterior. Iniciando pelos Mar da Arábia e Baía de Bengala, mencioná-los parece uma redundância proposital, em relação às LCM. Entretanto, ressaltar as

³⁹ Novas citações diretas ou indiretas desse documento (e Estratégias subsequentes) indicarão apenas a página de referência do documento, sem a repetição de “ÍNDIA, xxxx (ano)” e da expressão “tradução nossa”.

⁴⁰ A visualização desses e de outros pontos considerados focais pela IMMS-2007 está disponível na FIG. 3. Mais adiante, será visto que a IMD-2009 adiciona outros dois pontos focais.

⁴¹ “*The East Pacific Region*”. Entende-se que a intenção tenha sido escrever “*Pacific Region in the Eastern Hemisphere*”, ou seja, a porção do Pacífico no Hemisfério Oriental. A informação parece ter sido corrigida na IMSS-2015 que substituiu essa expressão por “*Western Pacific Ocean*”.

duas porções setentrionais daquele oceano é vital para uma estratégia *Constable*, visando não somente a desfrutar de defesa em profundidade de sua ZEE e litoral, mas também a controlar o acesso à vizinhança imediata, sobretudo Paquistão e Ormuz. No que tange às possessões insulares, as mesmas são caracterizadas como “pontos avançados de projeção” (p. 11) da IN, requisitos para conquista do objetivo mencionado no parágrafo a seguir, vide a proximidade entre as Ilhas Nicobar e o Estreito de Málaca.

O controle dos pontos focais ao Índico mostra a disposição indiana em garantir o fluxo de suas LCM. Tais pontos relacionam-se diretamente a uma estratégia de negação do uso do mar direcionada a potenciais adversários, ou por eles dirigida contra a IN, por meio de submarinos que se beneficiem da concentração do tráfego observada nesses pontos.

A inclusão dos estados arquipelágicos como áreas primárias parece resposta ao “Colar de Pérolas” chinês, numa tentativa de, usando a publicidade da IMMS-2007, mostrar à China o esforço indiano em monitorar as parcerias chinesas e, também, chamar a atenção para o fato de a Índia ter igualmente buscado suas alianças (Ilhas Maurício e Seicheles, já citadas).

O Golfo Pérsico é uma citação óbvia face à dependência indiana de hidrocarbonetos (GRAF. 2). A Índia adota um conceito duplo de segurança energética, combinando *Energy Security* (matriz energética eficiente e diversificada) e *Security of Energy*, sendo que este complementa o primeiro e, estando associado à segurança das instalações e dos meios de transporte de seus insumos, justifica a escolha do Golfo como área primária.

Finalmente, as pretensões constabulares da Índia são realmente reveladas quando o documento trata das LCM de forma genérica, sem destacar apenas aquelas que se conectam à Índia. Ou seja, ao não especificar que almeja apenas defender as suas linhas comerciais, o documento, implicitamente, mostra o anseio da IN em interferir em outras LCM.

4.1.2 Relação com outros atores

Na vizinhança imediata, papel protagonista é dado ao Paquistão, que, durante toda a segunda metade do século XX, buscou atrair a Índia para uma guerra convencional. Além de inspirar a tradição geocentrista indiana, isso confirma o poder paquistanês (e da vizinhança imediata, como um todo) em frear a projeção indiana além da região sulasiática. Como visto, os meios indianos buscavam atender requisitos impostos pela hipótese de emprego contra aquele tradicional rival, e a Estratégia de 2007 busca justificá-los conforme abaixo:

A IN listou três objetivos [para o Paquistão], quais sejam assegurar os interesses marítimos ante um ataque surpresa, deter a escalada do conflito para guerra e vencer a guerra no mar de forma acachapante. Transferir grupos-tarefa da Esquadra do Leste para a do Norte do Mar da Arábia e mobilizar todos os meios navais tem prevenido a escalada e contribuído para o rápido término dos conflitos. A lição que podemos tirar para a IN divide-se em duas. Primeiro, continuará havendo espaço para operações marítimas convencionais mesmo sob a ameaça de escalada nuclear. Segundo, há oportunidade para influenciar a batalha terrestre (p. 23).

Passando à vizinhança estendida, a análise da IMMS-2007 confirma a previsão do capítulo 3. A Estratégia menciona duas ações, ambas relacionadas ao uso do meio naval em apoio à diplomacia. Pela primeira, o *hard power* da IN é aplicado na realização de exercícios transnacionais, como no exemplo das patrulhas em conjunto com Tailândia e Indonésia. Em seguida, o documento prevê uso do *soft power* da IN, como instrumento de estreitamento do contato com a Diáspora Indiana e “para que prováveis regiões de combate [...] sejam moldadas em nosso favor, o que implica em incrementar o compromisso com estados do entorno dessas regiões, destacando-se aqueles em pontos de acesso ao Índico” (p. 87). Para essa ação, o documento sugere o apoio com recursos de hidrografia e a participação em atividades benignas.

Ocorre ainda destacar que os estados mencionados no documento são mormente do Leste Asiático, em uma clara alusão à política *Look East*. Quando se combina essa constatação com o fragmento “pontos de acesso”, do texto acima, o Estreito de Málaca logo vem à mente, denotando ainda mais a preocupação indiana com o “que vem” do Mar do Sul da China.

Finalmente, uma análise do enfoque que a IMMS-2007 dá ao resto do mundo é possível apenas por meio de extrapolações, visto que não há citações nominais. A única exceção

são os EUA, mencionados na frase “A transformação da relação Índia-EUA tem sido um significativo progresso no programa diplomático indiano” (p. 32). Esta única frase é suficiente para inferir um real ânimo para a cooperação naval entre ambos, com o reconhecimento indiano da, ainda hoje, primazia da USN no Índico, da qual a IN seria oportunista ou *Free-rider*.

Quanto à China, o exame da estratégia naval de 2007 encontra algumas passagens que refletem alusões, com preocupação, ao poder naval daquele estado. Por exemplo, ao citar “a proliferação de destacadas forças submarinas em nossa área de operações” e “o comissionamento de modernos submarinos por potenciais adversários” (p. 118), a IMMS-2007 parece referir-se aos submarinos chineses que operam a partir de Hainan.

Nota-se, porém, cuidado em não especificamente mencionar a China como ameaça. Em uma passagem, inclusive, afirma-se que, ao invés de se concentrar em ameaças específicas de outras marinhas, “se a IN tem a capacidade de neutralizar ameaça de míssil ou torpedo, não importa muito qual dos potenciais adversários o tenha lançado” (p. 104). Logo em seguida, o cuidado tomado torna-se em vão com a frase “a IN deve estar preparada para equilibrar capacidades existentes e emergentes atuando em sua área de interesse” (p. 104). Apesar de a afirmação parecer vaga, os únicos dotados de capacidades similares ou superiores à IN, no Índico, são estadunidenses e chineses. Se, aos primeiros, o documento declara intenção de cooperação, a falta de qualquer menção dessa mesma intenção para com os chineses, torna-os alvo da aspiração indiana em equilibrar o poder naval.

4.1.3 Missões e capacidades

Em termos de capacidades, o fato de a IMMS-2007 organizar a IN em duas esquadras (p. 19) fornece uma pista de que a força naval atuaria realmente em duas frentes no Índico Norte. Igualmente, a menção da necessidade de aquisição de mais um NAe (o INS Vikrant, citado na p. 16) reforça a disposição para a formação de dois núcleos da força naval.

Esse citado NAE seria acrescido de outros meios de superfície que, segundo a publicação, estariam aumentando a proporção entre navios de maior tonelagem e navios menores (p. 118). A combinação desses novos meios, dotados de maior versatilidade (maior tamanho implica diversidade de missões), potencializaria a capacidade de intervenção, tornando a força resultante elemento expedicionário da IN para atuação em áreas de maior risco, ou seja, como uma força de intervenção nos moldes do descrito no capítulo anterior.

Mais que um estudo de capacidades focado nos meios que a IN anseia adquirir, a real disposição para ações de intervenção torna-se patente quando a Estratégia menciona que um dos objetivos da IN é “alavancar a participação em missões de paz” (p. 55), sem necessariamente atrelar essas missões à ingerência da ONU. Isso remete às ações no Sri Lanka, em 1987. Adicionando-se a informação, clara no documento, de que muitos estados locais não tem capacidade para deter ilícitos (p. 33), e, também, a alegação de que “tudo o que acontece no Índico pode afetar a segurança nacional e é de interesse da Índia” (p. 59), tem-se como resultado a notória predisposição indiana à intervenção.

Naturalmente, não é viável a IN abrir mão dos atuais meios menores e mais simples. Estes teriam dupla função, que, em resumo, se constitui num único tipo de missão: presença. Tais meios, em situação de crise ou conflito, comporiam a força de vigilância em áreas de risco menor, já que a força de intervenção estaria comprometida em uma área de maior risco ou interesse operacional. E, na paz, tais meios comporiam força avançada em relação à ICG (força costeira), “mantendo a boa ordem” (p. 91) “mar adentro” (p. 90), atendendo ao preceito de Till (2013) quanto à atuação da marinha pós-moderna também como braço da autoridade marítima. O conceito de segurança marítima não se associa apenas ao *security* (ações navais) mas também ao *safety* (ações de autoridade marítima). A IMMS-2007 não dá explicitamente essa tarefa à IN, mas o documento, ao tratar muitas vezes do *safety*, como em sua p. 45, parece abrir caminho nesse sentido, levando ao maior envolvimento que a IN terá nesse mister, com a IMSS-2015.

No capítulo anterior, viu-se que a força de intervenção enseja a necessidade de a IN incrementar outras duas capacidades: anfíbia e logística. A IMMS-2007 enfatiza ambas. As seguintes ações privilegiam a força anfíbia: promover maior integração dos meios anfíbios com os *Marines*; incrementar a capacidade material para projeção de poder, com a aquisição de novos helicópteros de carga, *hovercrafts* e navios multipropósito; e criar a Força de Pronto Emprego (*Joint Rapid Deployment Force*) (p. 119). Para a logística, a Estratégia prevê que a ampliação da área de operação para todo o Índico precisa ser acompanhada da incorporação de novos navios-tanque e de apoio; da disponibilização de portos nos limites daquele oceano; e da melhoria da relação entre tempo de operação e tempo de manutenção dos meios (p. 118).

A eficaz reunião de todas essas capacidades, e a incorporação do submarino nuclear (p. 76), contribuiriam para dissuasão requerida pela política indiana. Para que essa reunião seja eficaz, a IMMS-2007 estabelece a *indianização* como principal requisito para os novos meios, em que pese o fato de tal requisito determinar esperados atrasos no recebimento desses meios e implicar, em alguns casos, a necessidade de aquisição de meios no mercado externo (p. 116).

Resumindo este e os dois subitens anteriores, percebem-se, em grande quantidade, elementos que fundamentariam uma estratégia *Constable* (de acordo com o definido no capítulo anterior) presentes naquele documento. Para a IN, acostumada a um papel apenas acessório em apoio às atividades em terra, o pioneirismo dessa Estratégia que, já em sua estreia, atribui à instituição tarefas de maior vulto político-militar, isso gerou a impressão de ofensividade, como reconhece seu próprio epílogo⁴². Os documentos seguintes mostram a evolução do pensamento estratégico indiano em consonância com o crescimento da importância geopolítica do Índico.

4.2 Indian Military Doctrine - 2009

⁴² Como transcrito da publicação: “Esta estratégia é claramente baseada na dissuasão com tons ofensivos.” (p. 131, tradução nossa).

Primeiro documento expedido no âmbito da estratégia naval indiana após os atentados de Mumbai, em 2008, a Doutrina Marítima de 2009 não é mera reedição da versão original de 2004, pois, além de referenciar os atentados, incorpora influências de *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, lançada nos EUA em out 2007.

Em relação a tais influências, as responsabilidades da IN com a defesa do litoral foram aumentadas, passando a haver alguma superposição com a missão da ICG, que ainda conservava, por esse documento, o mandato da ZEE como um todo, mas dividindo com a IN a defesa das instalações *offshore*. Apesar da confusão que isso poderia gerar, há que se destacar que a IMD sedimentou o caminho, já aberto pela IMMS-2007, para que a IMSS-2015 pudesse atribuir à IN, como veremos adiante, papel protagonista na ZEE.

Outro ponto de consonância entre a presente doutrina e a estratégia naval tripartite dos EUA, guardando influência dos ataques em Mumbai, é a maior interação entre os ambientes terrestre e marítimo, o que se comprova pela quantidade de vezes com que a publicação usa a expressão “*from the sea*” não apenas referente a ameaças, mas também ressaltando o novo papel constabulário da IN.

Assim, operações marítimas de baixa intensidade (*Low Intensity Maritime Operations* – LIMO) são uma das tônicas dessa nova doutrina. Para tal, ela introduz uma nova característica do poder naval: o alcance (somatório de mobilidade, permanência e acesso⁴³) que, em conjunto com a versatilidade, é essencial para influenciar em eventos em terra (p. 71-72).

O parágrafo anterior mostra a disposição da IN em atingir o modelo *Constable*, o que é enfatizado pelo alargamento, em relação à IMMS-2007, de suas áreas primárias de operação, as quais passam a incluir o Mar Vermelho e o sudoeste do Índico (o Canal de Moçambique tornou-se ponto focal), e pela inclusão do Mar Mediterrâneo e da Costa Oeste da África (isto é, parte do Atlântico) como áreas secundárias.

⁴³ “Alcance” e “acesso” não são citados na DBM como características do poder naval.

Tal alargamento demanda balanceamento entre as tarefas de controle de área marítima (*sea control*) e de negação do uso do mar ao inimigo (*sea denial*), uma vez que pode não ser possível garantir o controle simultâneo em toda a profusão de áreas que a IN entende como primárias. Para uma estratégia *Constable*, no entanto, o controle tem papel de destaque no rol de missões, o que é pontuado na seguinte passagem da doutrina: “*Sea control* é o conceito central em torno do qual a IN é estruturada [...] *Sea control* é um instrumento que concede liberdade de ação a quem o possui, e nega tal liberdade a quem não o possui” (p. 77).

A publicação apresenta, também, relevante discussão em relação à quantidade de navios mercantes sob bandeira indiana, com pequena participação face à dependência da Índia às LCM. A questão é estratégica não apenas para a redução da dependência às bandeiras de conveniência, mas também para dois outros aspectos. Primeiro, é mais fácil e com efeito mais confiável realizar as tarefas relacionadas ao *safety* (inspeções de documentação, de requisitos de segurança etc.) em navios já concebidos segundo as leis locais. Em seguida, e com grande importância por questões logísticas, navios nacionais são facilmente mobilizáveis (*Ships-Taken-Up-From-Trade*) e podem ser usados como auxiliares num eventual esforço de guerra (p. 128).

4.3 Indian Maritime Security Strategy - 2015

Diferente do que se procedeu no estudo dos documentos anteriores, em que as análises foram baseadas apenas na leitura de tais documentos e na construção das características do modelo *Constable* feita no capítulo anterior, o estudo da IMSS-2015 apoiar-se-á no artigo de Khurana (2015), por conta do alinhamento entre sua análise e o escopo geral deste trabalho.

Ao se comparar as estratégias de 2007 e de 2015, a primeira questão que surge é por que motivo a primeira se chama *Maritime-Military Strategy*, e a outra, *Maritime Security Strategy*. O autor passa ao largo da questão, apenas se detendo na variação de seus epítetos (“*Freedom to use the seas*” versus “*Ensuring Secure Seas*”), afirmando que, enquanto a

“liberdade para o uso dos mares” permanece um objetivo nacional, a busca por “garantir mares seguros” é um termo mais abrangente e que melhor se ajusta ao papel atribuído à IN. Voltando à questão formulada acima, uma possível resposta é que a estratégia de 2007, sendo a pioneira na história da IN, precisava conferir a esta um sentido, uma missão, dentro do escopo militar vigente, caracterizado ainda por um viés geocentrista. Em 2015, ao mesmo tempo que pareceu mais clara a dependência indiana ao comércio marítimo, viu-se que as ameaças a esse comércio tinham uma lógica não necessariamente subordinada a uma estratégia militar geral, passando a segurança marítima a ser um fim em si mesma.

Essa mudança de paradigma resulta em um alargamento da missão da IN. A IMSS-2015, seguindo a tendência da IMD-2009, atribui à IN o mandato sobre todo o espaço marítimo, incluindo ZEE e águas territoriais (ÍNDIA, 2015, p. 6). Assim, ainda que a ICG conserve sua autoridade na zona costeira, tal autoridade é agora parte de uma segurança marítima mais ampla, exercida pela IN (p. 107), cujo papel é promover o esforço de integração interagências na busca pela segurança marítima.

Outra tendência da IMD-2009 que se observa na IMSS-2015 é o alargamento da área de interesse da IN. Com a estratégia antes restrita ao Índico Norte, a adição, neste documento, de outro ponto focal (Estreito de Ombai-Wetar, ao norte da Austrália), e a consequente inclusão de uma LCM bastante ao sul da Índia, mostram o alinhamento da atual estratégia com o modelo *Constable*, valendo mesmo lembrar que a doutrina de 2009 já havia levado áreas secundárias de interesse para o oeste, no Atlântico e no Mediterrâneo. Khurana é da opinião de que essa tendência pode, até mesmo, indicar a evolução de um cenário *Constable* para *Strongman*. Quanto a isso, vale transcrever sua frase, no mínimo, curiosa, por justamente advir de um Oficial da IN: “Por meio do ‘reconhecimento’ formal desses pontos focais, a IMSS-2015 não apenas reitera a natureza do Índico de ser uma grande baía, mas também destaca – embora implicitamente – a ‘exclusividade’ geoestratégica do oceano para a Índia” (KHURANA, 2015, p. 2, tradução nossa).

Com alguma discordância ao autor, pode-se considerar que tal alargamento é mera consequência, na medida em que, como se pode observar nas FIG. 4 e 5, o novo ponto focal faz a ligação do Índico com o Pacífico Ocidental, sem cruzar o Mar do Sul da China, de uma tentativa indiana de contornar o “quintal de influência” da China.

Finalmente, o analista destaca o foco que o documento confere à dissuasão. Ele indica que, diferente de uma percepção tradicional, a IN procura conferir ao termo “segurança marítima” um sentido que se insere em todo o espectro do conflito e inclui as ameaças militares convencionais. Para o autor, isso é o máximo que um documento ostensivo pode indicar em termos de dissuasão. Ou seja, a IMSS-2015 (p. 3) parece, com maestria, usar a teoria da imbricação de papéis de uma marinha pós-moderna (TILL, 2013) para, ao escrever que “o entrelaçamento das ameaças tradicionais e não tradicionais [...] [requer] uma interpretação holística do significado de segurança marítima”, justificar que tradicionais ameaças (Paquistão e, talvez, a China) permanecem consideradas e são alvos de uma estratégia de dissuasão.

Ao praticamente fechar este último capítulo de desenvolvimento, deve-se chamar a atenção de que o endurecimento da estratégia indiana não se trata de mera retórica, e é acompanhado do esperado desenvolvimento da IN em termos materiais. Destaca-se o comissionamento recente de alguns meios *indianizados*: classes *Kolkata* (contratorpedeiros), *Shivalik* (fragatas), *Kamorta* (corvetas), os três *stealth*, *Shardul* (navio de desembarque) e *Saryu* (navio-patrulha oceânico). Foram adquiridos o NAe *Vikramaditya* e o navio multipropósito *Jalashwa*. Esse destacado reaparelhamento já seria, por si só, um indício do modelo *Constable*. Ao ser confrontado com o critério de *indianização*, via de regra nas recentes incorporações, o modelo é ainda mais característico para a IN.

Vale ressaltar, no entanto, que o espírito ainda é o de cooperação regional, sobretudo com a vizinhança estendida. Por isso, Khurana (2015) sai em explicação do uso do termo “*net security provider*”, relacionado, na publicação, com segurança marítima. Antes que o termo possa

passar a impressão que a estratégia indiana, que já é reconhecidamente ofensiva, considera a IN como único provedor de segurança marítima no Índico, ou seja, o “*net provider of security*”, o analista destaca que a IN deve ser parte de uma rede de segurança, o que corresponde a “*provider of net security*”⁴⁴.

Finalmente, pode-se parcialmente concluir que os documentos analisados vêm seguindo uma trajetória que permite aduzir que há, sim, uma espécie de Doutrina Monroe que inspira a doutrina e a estratégia navais indianas. A maior prova disso é o alargamento das áreas primárias de interesse, que passam a incluir quase todo o Oceano Índico, conjugado à elevação de todos os estreitos, que dão acesso àquele oceano, à categoria de ponto focal. Os meios recém-incorporados dão substância a tais documentos e, mais, permitem à IN rivalizar com outras potências pelo controle do Índico, ou, no mínimo, funcionam como um destacado meio de dissuasão. Há, porém, dois imperativos que determinam à IN continuar seguindo com seu esforço de cooperação: as novas ameaças, que complicam a compilação do quadro da segurança marítima; e sua dificuldade para atuação no Mar do Sul da China, que, a exemplo de outras áreas fora do Índico, determina considerá-las, hoje, como secundárias em que pese haver real interesse geopolítico indiano por elas. Isso é o que conserva a IN dentro de um modelo *Constable*, sem a possibilidade de ascensão no médio prazo.

⁴⁴ Esta última expressão não consta no texto em referência. Ela foi mencionada por Khurana numa troca de e-mails com este autor, quando este buscava maior entendimento de tais conceitos.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou avaliar a evolução da estratégia naval indiana na última década, a qual concentra os dois únicos documentos estratégicos formais da IN: a IMMS-2007 e a IMSS-2015. Particularmente, buscou-se analisar como tais documentos têm materializado a resposta indiana ao crescimento da importância geopolítica do Oceano Índico e ao fato de este espaço geográfico ter atraído a presença de atores externos, entre os quais EUA e China.

Considerando a hipótese de o pensamento geopolítico indiano ser impelido por uma reedição da Doutrina Monroe, de grande influência na formação da estratégia naval indiana, foi necessário, no segundo capítulo, estudar aspectos históricos da política da Índia, organizando-se uma retrospectiva a partir de sua independência, para verificar em que condições tal doutrina teria surgido e qual seu real potencial de influência na política externa atual.

A pesquisa mencionada acima identificou que o Primeiro-Ministro Nehru é, ainda hoje, referencial emblemático na política indiana pois, ao adotar uma postura externa errática, permitiu que sua figura fosse, mais tarde, associada tanto a realistas como a liberais. Assim, a permeabilidade de Nehru na política indiana permitiu que a invocação de uma doutrina com sentido *monroeniano*, em 1961, fizesse atualmente parte do léxico político do estado.

Em seguida, viu-se que a imbricação da corrente *neruhviana* nas demais que a seguiram gerou três modelos geopolíticos distintos dos quais decorrem três graus de aplicação da doutrina, em termos de estratégia naval. Em resumo, à “Índia Conciliatória” corresponde o modelo *Free-Rider*; para a “Índia Didática”, tem-se uma estratégia *Constable*; e, por último, de uma configuração “Índia Firme” resulta o modelo mais pretensioso chamado de *Strongman*.

O primeiro deles caracteriza-se por uma estratégia “oportunista”, por meio da qual a IN apoiar-se-ia em outra potência naval, com primazia no Índico, focando sua ação de polícia na vizinhança imediata ou sua ação benigna na vizinhança estendida, onde o *soft power* indiano já é

costumeiro. Num maior grau de assertividade, o modelo *Constable* instituiria a IN como a “força policial” do Índico, enquanto que uma estratégia *Strongman* potencializaria a anterior, atuando em profundidade em regiões como Mar do Sul da China e Mar Mediterrâneo.

Antes de se buscar, nas Estratégias, traços que indicassem que a IN adotou esse ou aquele modelo, reservou-se o terceiro capítulo para, primeiro, estimar qual seria o modelo mais provável de ser encontrado e quais características estariam a ele associadas.

Verificou-se a preponderância do modelo *Constable*, que confere a assertividade que se espera de uma marinha cujo estado é cada vez mais dependente de suas LCM sem o ônus de uma postura excessivamente ofensiva. É um modelo compatível com a aspiração indiana de protagonismo no entorno do Índico e, ao mesmo tempo, necessário para essa condição de destaque, considerando o poder de polícia demandado ante a instabilidade de parte da região.

Quanto aos pretensos traços do modelo *Constable*, foi visto que, para atendê-lo, a IN deveria promover a extensão de sua área de atuação, incrementar as interações com outras marinhas e, finalmente, capacitar-se para diferentes missões, sobretudo intervenção.

No quarto capítulo, o efetivo exame dos documentos estratégicos propostos confirmou as evoluções previstas. Mais ainda, foi verificado que a evolução tem sido contínua, podendo-se perceber que a IMSS-2015 tem um caráter ainda mais ofensivo que a IMMS-2007.

Sobre o alargamento da área de atuação da IN, percebeu-se que as Estratégias, sobretudo a segunda, incluíram, na categoria de pontos focais, todos os estreitos que dão acesso ao Índico. Com isso, as áreas primárias, antes concentradas no Índico Norte, passaram a incluir áreas muito mais ao sul e abarcar todas as LCM que cruzam aquele oceano, mesmo as que não se conectam com a Índia. Em 2007, áreas que, eram consideradas como de interesse secundário (Mar Vermelho e região sudoeste do Índico) foram elevadas ao *status* de área primária. Finalmente, vale destacar o fato de que o aumento da área de operação incluiu também a ZEE e o litoral imediato, até então sob responsabilidade da ICG. Diferente dos anteriores, este último

aumento, longe de refletir ambições geopolíticas, está relacionado ao reconhecimento do potencial das novas ameaças em interferir na segurança nacional.

Em termos de interações com outras marinhas, observou-se que, apesar do enfoque ofensivo das Estratégias, elas não pregam o exclusivismo indiano no controle do Índico. Ao revés, talvez por se reconhecer ainda como uma marinha *Free-Rider* comparada à USN, a IN é incentivada a uma maior interoperabilidade com a última, aproveitando-se do cenário de cooperação criado pela estratégia marítima estadunidense de 2007. Em adição, apoiada pela política *Look East*, a IMSS-2015 incentiva maior participação da IN em exercícios combinados com marinhas do Sudeste Asiático. Como visto, isso estaria inserido em uma política de “boa vizinhança”, visando a antecipar-se a efeitos negativos, gerados no entorno do Mar do Sul da China e do Estreito de Málaca, por conta de um eventual conflito naval sino-indiano.

Fechando a busca por indícios de uma estratégia geral segundo o modelo *Constable*, é flagrante, nas Estratégias, o anseio da IN em incrementar suas capacidades de dissuasão, de intervenção e, em decorrência desta, de projeção de poder e logística. Os documentos expuseram que essas capacidades seriam reforçadas pelo maior grau de *indianização* dos meios, o que se efetivamente observou nos meios recém-incorporados.

Especificamente em relação à China, viu-se que ainda não é conveniente para sua Marinha rivalizar com a IN no Índico. Mesmo assim, a IN, mostrando que seu foco não é só a China, vem buscando, com proveito do continuado crescimento econômico indiano, desenvolver-se materialmente; e, fazendo uso de seu *soft power*, consolidar suas parcerias estratégicas. Tais ações reforçam sua estratégia *Constable* que parece bem dimensionada às aspirações de desenvolvimento do estado, em meio a um cenário que ainda é de instabilidade regional. O robustecimento geopolítico chinês poderá, no futuro, impelir a PLAN a buscar maior controle do Índico, o que poderia ser um gatilho para uma estratégia indiana *Strongman*. A dinâmica envolvida nesse processo ensejaria uma valiosa oportunidade para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BAILEY, Thomas. *A Diplomatic History of the American People*. Nova Iorque: F.S. Crofts & Co, 1946, 937p.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305 Doutrina Básica da Marinha, 2ª Rev. Brasília. 2014.

_____. Ministério da Defesa. MD35-G-01 Glossário das Forças Armadas. Brasília. 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books, 1997, 223p.

CHINA. *China's Military Strategy*. Pequim, CN: State Council Information Office of the People's Republic Of China, 2015.

CHOPRA, Rakesh. Command and Control Structures: Enhancing Military Effectiveness Through Interoperability and Jointness – Thinking Purple. *USI Journal*, Nova Délhi, v. 135, n. 562, p. 605-6013. Out. 2005. Disponível em: <<http://usiofindia.org/Article/?pub=Journal&pubno=562&ano=461>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

COHEN, Saul. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2009, 455p.

COHEN, Stephen. *India: Emerging Power*. Washington: Brookings Institution Press, 2001, 377p.

CORBETT, Julian. *Some Principles of Maritime Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, (1911) 1988, 316p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

CROWELL, Todd. Return of the Arc of Democracy. *Asia Sentinel*. 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.asiasentinel.com/politics/return-arc-of-democracy/>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ERICKSON, Andrew. The Growth of China's Navy: Implications For Indian Ocean Security. *Strategic Analysis*, [S.l.], v. 32, n. 4, p. 670, Jul. 2008.

EUA. Secretary of the Navy. *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*. Washington DC. 2015.

GAROFANO, John; DEW Andrea (Org.). *Deep Currents and Rising Tides: The Indian Ocean and International Security*. Washington: Georgetown University Press, 2013. 352p.

HAGAN, Kenneth. *This People's Navy: The Making of American Sea Power*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1992, 468p.

HENRIKSON, Alan. The Geographical 'Mental Maps' of American Foreign Policy Makers'. *International Political Science Review*, v. 1, n. 4, p. 495-530. 1980.

HOLMES, James; WINNER, Andrew; YOSHIHARA, Toshi. *Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century*. Abingdon: Routledge, 2009, 232p.

ÍNDIA. Integrated Headquarters Ministry of Defence (Navy). *Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy*. Nova Délhi. 2015.

_____. Integrated Headquarters Ministry of Defence (Navy). *Freedom to Use the Seas: India's Maritime Military Strategy*. Nova Délhi. 2007.

_____. Integrated Headquarters Ministry of Defence (Navy). *Indian Maritime Doctrine*. Nova Délhi. 2009.

KAPLAN, Robert. *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. Nova Iorque: Random House, 2011, 374p.

_____. *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us about Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. Nova Iorque: Random House, 2013, 414p.

KARNAD, Bharat. *An Indian Monroe Doctrine*. The New Indian Express, [S.l.], 13 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.newindianexpress.com/columns/An-Indian-Monroe-Doctrine/2014/06/13/article2277168.ece>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

KHURANA, Gurpreet. India-US Combined Defence Exercises: An Appraisal. *Strategic Analysis*, [S.l.], v. 32, n. 6, p. 1047-1065, Out. 2008.

_____. 'Net Security Provider' Defined: An Analysis of India's New Maritime Strategy-2015. *National Maritime Foundation*. 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.maritimeindia.org/View%20Profile/635838396645834619.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016

LAKRA, Bipasha. ASEAN in Modi's Foreign Policy: Present and Future in the 'Look East Policy'. *World Focus*, v. 435, p. 126-129. Mar 2016. Disponível em: <<http://164.100.47.132/fileupload/current/ASEAN%20.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

MACRIS, Jeffrey; KELLY, Saul. *Imperial Crossroads: The Great Powers and the Persian Gulf*. Annapolis: Naval Institute Press, 2012, 272p.

MARSHALL, Tim. *Prisoners of Geography: Ten Maps that Explain Everything about the World*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2015, 290p.

MING, Xiao. The Indian Navy's Cruise Reflects Great Power Politics. *Contemporary World*, n. 6, 2007.

MING, Zhang. Launching from the Indian Ocean: The Future Carrier Strategy of the Indian Navy. *International Outlook*, n. 14, 2007.

MOHAN, Raja. India and the Balance of Power. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 4, 01 jul. 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2006-07-01/india-and-balance-power>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. SAARC Reality Check: China Just Tore Up India's Monroe Doctrine. *Indian Express*, 13 nov. 2005.

NEHRU, Jawaharlal. *India's Foreign Policy: Selected Speeches*, September 1946 – April 1961. Delhi. Government of India, 1961.

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque, PublicAffairs, 2009, 208p. Resenha de IKENBERRY, John. *Foreign Affairs*, Tampa, Mar. 2004. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/2004-05-01/soft-power-means-success-world-politics>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

PANIKKAR, Kavalam. *India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History*. Nova Iorque: Macmillan, 1945, 109p.

PANT. Harsh (Ed.). *The Rise of the Indian Navy: Internal Vulnerabilities, External Challenges*. Reino Unido: Ashgate Publishing Limited, 2012. Resenha de CHOPRA, Rakesh. *Journal of Defence Studies*, Nova Délhi, Vol. 7, No. 4, p. 101-106, Out-Dez. 2013. Disponível em: <http://www.idsa.in/system/files/jds_7_4_RakeshChopra.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

PAWAR, B. S. National Security: Threats, Challenges and Solutions. *Defense and Security Alert*. Disponível em: <<http://indianarmy.gov.in/writereaddata/documents/dsa260615.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2016.

PECEQUILO, Cristina. *Manual do Candidato: Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2012, 396p.

PERKINS, Dexter. *A History of the Monroe Doctrine*. Boston: Little, Brown and Co., 1963, 486p.

PRAKASH, Arun. *From the Crow's Nest: A Compendium of Speeches and Writings on Maritime and Other Issues*. Nova Délhi: Lancer Publishers & Distributors, 2007, 230p.

_____. India's Maritime Strategy. *Indian Defense Review*, Nova Délhi, v. 137, n. 568, p. 157-176, Abr-Jun. 2007.

_____. Maritime Security Of India: Future Challenges. *Institute for Defence Studies and Analyses*, Nova Délhi, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.idsa.in/keyspeeches/MaritimeSecurityOfIndiaFutureChallenges>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SAKHUJA, Vijay. New Naval Bastions. *Indian Defense Review*, Nova Délhi, v. 20, n. 2, p. 56-70. Abr-Jun 2006.

SCOTT, David. India's Drive for a 'Blue Water' Navy. *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 10, n. 2. Dez 2007 – Fev 2008. Disponível em: <<http://jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/90/100>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SHARMAN, Arvind. On Hindu, Hindustán, Hinduism and Hindutva. *Numen*, Nova Délhi, v.49, n. 1, p. 01-36. 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3270470>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SAAB, Bilal; SINGH, Joseph. Forget the Second Carrier, It's Time to Rethink the Fifth Fleet in the Persian Gulf. *Defense One*. Disponível em: <<http://www.defenseone.com/ideas/2013/08/forget-second-carrier-time-rethink-fifth-fleet-persian-gulf/68633>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SINGH, Jaswant. *Defending India*. Londres: Macmillan, 1999. 338p.

TILL, Geoffrey. *Seapower: A guide for the 21st Century*. Londres: Routledge, 2013, 432p.

WORK, Robert; VAN TOL, Jan. *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower: An Assessment*. Center for Strategic and Budgetary Assessments, Washington DC, 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://csbaonline.org/search/?x=0&y=0&q=cooperative+strategy>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

XUETONG, Yan. The Rise of China and Its Power Status. *Chinese Journal of International Politics*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 5-33. 2006.

ILUSTRAÇÕES



FIGURA 1 – “Colar de Pérolas” chinês no Índico.

Fonte: The Blog of Sterling Kerr. Disponível em: <<http://sterlingkerr.com/is-the-string-of-pearls-strategy-involving-military-bases-in-the-indian-ocean-viable/>>. Acesso em: 04 ago. 2016. Adaptado pelo autor.

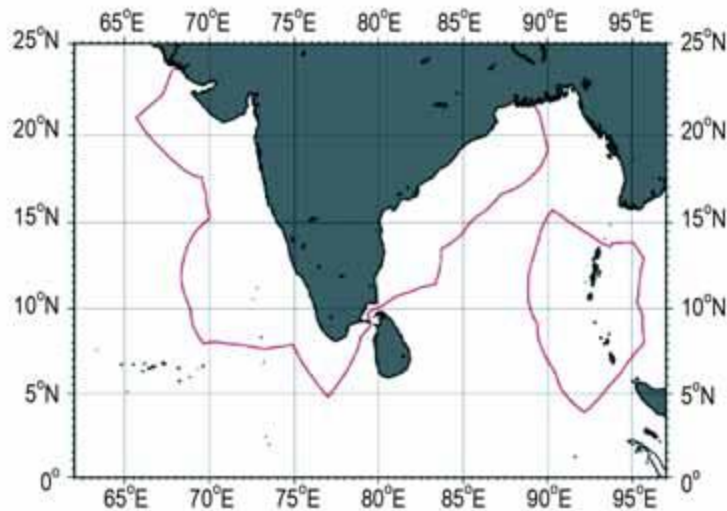


FIGURA 2 – Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Índia.

Fonte: ÍNDIA, 2007, p. 58.

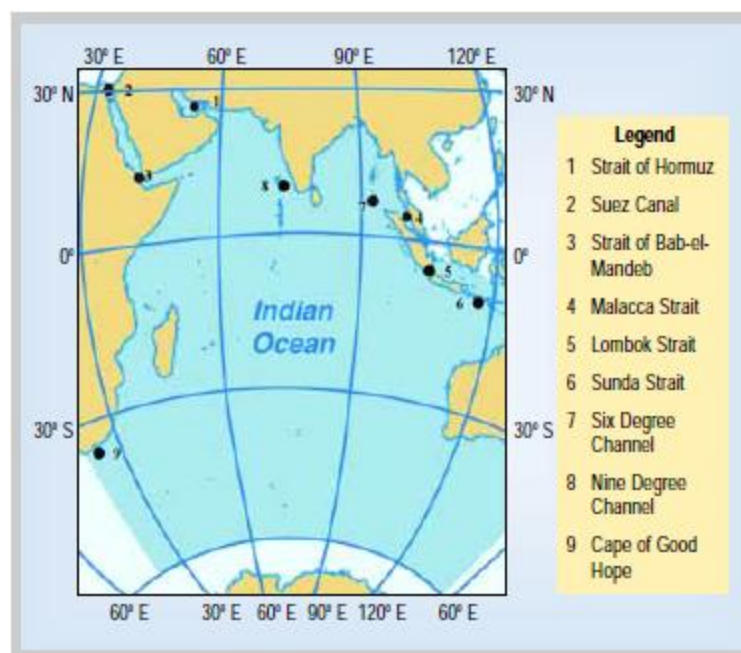


FIGURA 3 – Pontos focais no Oceano Índico em 2007.
Fonte: ÍNDIA, 2007, p. 27.



FIGURA 4 – Pontos focais no Oceano Índico em 2015.
Fonte: ÍNDIA, 2015, p. 18.

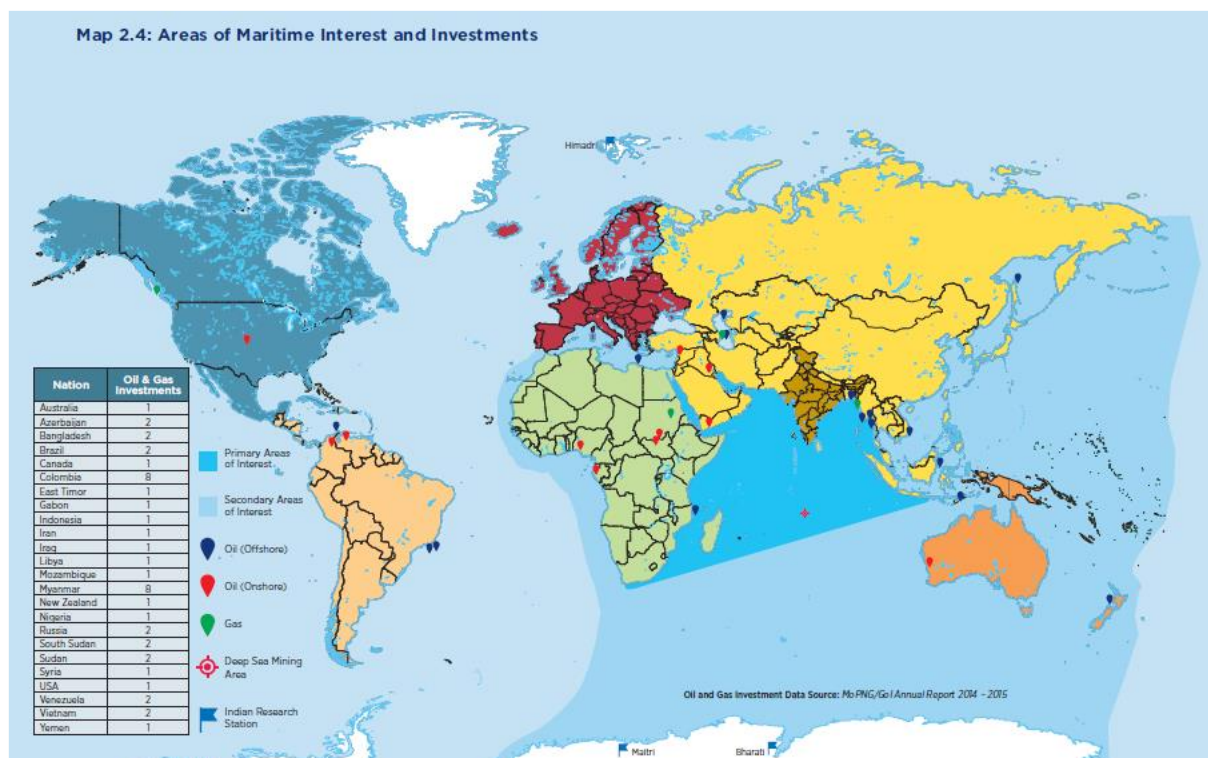


FIGURA 5 – Áreas primárias e secundárias de interesse para a IN em 2015.
Fonte: ÍNDIA, 2015, p. 33.



GRÁFICO 1 – Diáspora Indiana.

Fonte: NORONHA, Luciane. O Elefante ganha o mundo: diáspora indiana. Boletim Geocorrente. Escola de Guerra Naval, n. 22. Rio de Janeiro. 05 out. 2015. (p. 7)

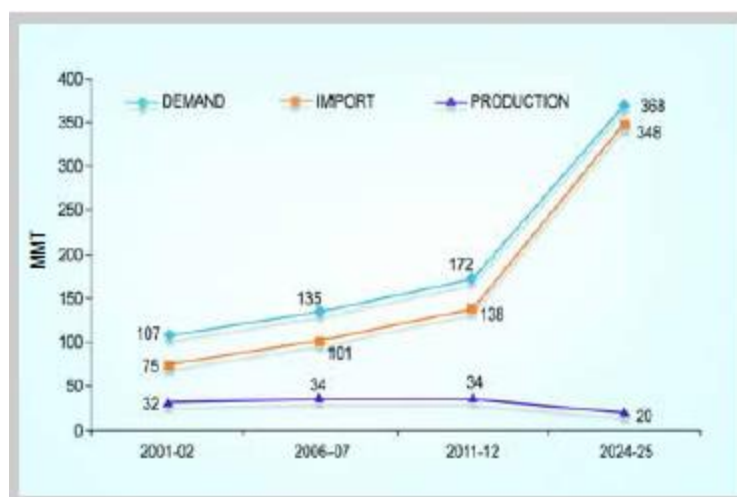


GRÁFICO 2 – Dependência energética da Índia.
Fonte: ÍNDIA, 2007, p. 48.